



Estratégia Da União Africana Para os Produtos de Base



Prefácio

A União Africana (UA) adoptou a Agenda 2063 em 2013 e o seu Primeiro Plano de Implementação Decenal que abrange 14 dos Projectos Emblemáticos. Entre esses projectos destaca-se a determinação de desenvolver uma Estratégia para os Produtos de Base que alavanca os produtos de base do continente para o desenvolvimento de uma África integrada, próspera e pacífica.

A necessidade de uma Estratégia da UA para os Produtos de Base proactiva deve ser realçada. O Relatório de 2015 do Painel de Alto Nível sobre os Fluxos Financeiros Ilícitos da África, presidido pelo antigo Presidente Thabo Mbeki, salientou que a África perde aproximadamente 80 biliões de US dólares anualmente através de fluxos financeiros ilícitos, que de longe ultrapassa a ajuda externa ao desenvolvimento que obtém. O relatório revelou também que 60% dessas perdas ocorreram no sector das indústrias extractivas. Além disso, a maioria dos nossos países continuam a depender dos produtos de base, tornando-os eternamente expostos às vulnerabilidades do sector. Isto só mostra que, se a África conseguir gerir eficazmente os seus produtos, podem ser uma fonte fiável de crescimento económico e desenvolvimento.

Os avanços na tecnologia ao longo das cadeias de valor de produtos de base, juntamente com as actividades relevantes de Pesquisa e Desenvolvimento, proporcionam oportunidades para a África reforçar as suas cadeias de valor regionais, de modo a incentivar a sua participação nas cadeias de valor. Isso requer que a nossa vontade colectiva invista em acções estratégicas para estabelecer uma base competitiva nas cadeias de valor globais.

O nosso compromisso de industrializar através da valorização dos nossos produtos de base, bem como da abordagem da volatilidade dos preços dos produtos de base, deve ser acompanhado por uma vontade política sustentável ao mais alto nível. Não faltam estratégias ao nosso continente, é na sua implementação que temos enfrentado desafios. Todos nós devemos garantir que a implementação da Estratégia da UA para os Produtos de Base aqui proposta seja priorizada. Vamos assegurar o fornecimento de recursos adequados para que isso aconteça.

A África a que aspiramos, a África que queremos, pode ser alcançada.

S. Ex.^a Emb. Albert M. Muchanga

Comissário para o Desenvolvimento Económico, Comércio, Turismo, Indústria e Minerais

A África possui recursos significativos nos sectores de agricultura, mineração e energia. No entanto, a abundância desses recursos na maioria dos países não se traduziu em transformação estrutural, e desenvolvimento inclusivo e sustentável. Esta situação é devido em parte à volatilidade dos preços e outros choques externos nos mercados dos produtos de base, bem como à limitação do valor acrescentado, o que expõe os países a uma elevada instabilidade macroeconómica. Reconhecendo estes desafios e a necessidade premente de os enfrentar, a UA priorizou a Estratégia da UA para os Produtos de Base como um dos 14 Projectos Emblemáticos da Agenda da UA de 2063 e no Primeiro Plano de Implementação Decenal.

Em conformidade com a Decisão da Conferência de Janeiro de 2015 **[Assembly/AU/Dec.565 (XXIV)]**, foi efectuada uma série de consultas com os intervenientes relevantes para desenvolver esta Estratégia da União Africana para os Produtos de Base. É constituída por sete capítulos: (i) Introdução; (ii) Análise Situacional; (iii) A Estratégia; (iv) Elementos Fundamentais para Implementação da Estratégia; (v) Quadro de Implementação, Monitorização e Avaliação; (vi) Mobilização de Recursos, Financiamento e Acordos de Parceria; e (vii) Comunicação da Estratégia.

A Estratégia aborda desafios identificados nos três principais sectores de produtos de base, nomeadamente (i) Agricultura; (ii) Mineração, e (iii) Energia.

Quatro 'Pilares Estratégicos' são identificados para orientar a utilização otimizada dos produtos de base africanos, de modo a assegurar a industrialização sustentável, diversificação económica, transformação estrutural, desenvolvimento e reforço do comércio.

O primeiro Pilar abrange os mercados dos produtos de base e fixação de preços, e aborda as seguintes questões estratégicas: mercados financeiros e de capitais; ambiente competitivo; bolsas de mercadorias e volatilidade de preços; e energia de produção. O segundo Pilar é sobre articulações e diversificação, que incide na gestão e uso sustentável dos recursos naturais; desenvolvimento de cadeias de valor regionais; desenvolvimento regional; desenvolvimento de infra-estruturas; e desenvolvimento de Sistemas de Infra-estruturas de Qualidade (SIQ). O terceiro Pilar trata de governação e criação de um ambiente favorável, levando em consideração políticas jurídicas e regulamentares, bem como questões de direitos humanos. O quarto Pilar concentra-se no desenvolvimento de competências e Investigação e Desenvolvimento (I&D) com ênfase na mão de obra qualificada; empreendedorismo, tecnologia e inovação.

Esta Estratégia propõe igualmente medidas institucionais e identifica entidades estratégicas que deverão desempenhar um papel essencial na sua implementação.

Índice

Prefácio	1
Resumo Executivo	1
Índice.....	3
Lista de Acrónimos.....	5
Capítulo 1: Introdução	8
Capítulo 2: Análise da Situação	10
Produtos Agrícolas.....	11
Produtos Minerais	17
Capítulo 3: A Estratégia	31
a. Declaração de Visão	31
a. Declaração de Missão	31
a. Pilares Estratégicos.....	31
Pilar 1: Mercados de produtos de base e fixação de preços	32
Pilar 2: Relações e Diversificação	39
Pilar 3: Governação e ambiente favorável.....	43
Pilar 4: Desenvolvimento de competências e R&D.....	47
Capítulo 4: Promotores da implementação da estratégia.....	50
A. Ambiente operacional	50
B. Compromissos políticos	50
C. Parcerias.....	50
D. Instituições	51
Capítulo 5: Estrutura de Implementação, Monitorização e Avaliação	51
A. Abordagem de Implementação	51
C. Quadro de monitorização e avaliação	52
H. Avaliação	55
I. Monitorização.....	55
Riscos previstos e medidas de mitigação	55
Capítulo 6: Mobilização de Recursos, Acordos de Financiamento e Parceria	56
Capítulo 7: Comunicação da Estratégia	1

A. Âmbito	1
B. Objectivos	1
C. Público-alvo.....	2
D. Interno.....	2
E. Externo	2
F. Metodologia.....	3
Logo/canais/meios de comunicação	3
Bibliografia	4
Figura 1 Comércio Africano de Produtos Agrícolas (milhões de USD)	12
Figura 2 Índice de Preços de Produtos Agrícolas (2016=100).....	16
Figura 3 Comércio Africano de Produtos Minerais (Milhões de US dólares).....	17
Figura 4 Índice de Preços de Produtos Minerais (2016=100)	19
Figura 5 Índices de Preços de Produtos Minerais (2016=100).....	27
Quadro 1: Comércio dos Produtos de Base Africanos 2018 (milhões de US dólares) ...	8
Quadro 2:Matriz de Riscos da Estratégia da África para os Produtos de Base	Error! Bookmark not defined.
Quadro 3 Financiamento da Agenda 2063.....	Error! Bookmark not defined.

Lista de Acrónimos

AAIN:	Rede Africana de Investidores Anjos
ZCLCA:	Zona de Comércio Livre Continental Africana
BAD:	Banco Africano de Desenvolvimento
FAI:	Fundo de Integração Africana
AFREXIMBANK:	Banco Africano de Importação e Exportação
AIDA:	Desenvolvimento Industrial Acelerado em África
ALLPI:	Instituto de Couro e Produtos de Couro da África
VMA:	Visão Mineira Africana
MAAP:	Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares
ASM:	Extracção Artesanal e de Pequena Escala
UA:	União Africana
CUA:	Comissão da União Africana
BEPS	Erosão de Base e Transferência de Lucros
BIAT:	Promoção do Comércio Intra-Africano
BdP	Balança de Pagamentos
BPD:	Barris por Dia
CAADP:	Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África
CE:	Centro de Excelência
TEC:	Tarifa Externa Comum
FCPB:	Fundo Comum para os Produtos de Base
CTRM:	Comercialização de Produtos de Base e Gestão de Riscos
DTI:	Departamento de Comércio e Indústria
E & F:	Educação e Formação
IED:	Investimento Estrangeiro Directo
FTYIP:	Primeiro Plano de Implementação Decenal
HRD:	Desenvolvimento de Recursos Humanos
IACO:	Organização Inter-Africana do Café
IBAR:	Gabinete Inter-Africano para os Recursos Animais

ICCO:	Organização Internacional do Café
TIC:	Tecnologias de Informação e Comunicação
FFI:	Fluxos Financeiros Ilícitos
FMI:	Fundo Monetário Internacional
IPSAS:	Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público
CCI:	Centro de Comércio Internacional
M&A:	Monitorização e Avaliação
ARM:	Acordo de Reconhecimento Mútuo
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NEPAD:	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
BNT:	Barreiras Não Tarifárias
OCDE:	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OPEP:	Organização dos Países Exportadores do Petróleo
PAQI:	Infra-estrutura Pan-Africana de Qualidade
PHL:	Perdas Pós-Colheita
PIDA:	Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África:
PPP:	Parcerias Público-Privadas
SIQ:	Sistemas de Infra-estruturas de Qualidade
GBR:	Gestão Baseada em Resultados
CER	Comunidades Económicas Regionais
I&D:	Investigação e Desenvolvimento
VMR:	Visão Mineira Regional
SADC:	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAFGRAD:	Investigação e Desenvolvimento de Cereais nas Zonas Semi-Áridas
PME:	Pequenas e Médias Empresas
NSF	Normas Sanitárias e Fitossanitárias
CTE:	Comité Técnico Especializado
STEM:	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
FS:	Fundo Soberano
BTC:	Barreiras Técnicas ao Comércio

TRIM:	Medidas de Investimento Relacionadas com o Comércio
TVET:	Educação e Formação Técnica e Profissional
FCR	Fundo de Capital de Risco
OMC:	Organização Mundial do Comércio

Capítulo 1: Introdução

1. A África possui recursos significativos nos sectores de agricultura, energia e minerais. O continente tem 60% da terra arável de todo o planeta ainda por cultivar¹, 42% de ouro, 80% a 90% do grupo de metais de cromo e platina e 8% das reservas de petróleo do mundo. A África beneficiou de grande expansão de matérias primas desde o início da década de 2000, que se traduziu num crescimento sem precedentes do continente, que só foi perturbado com a eclosão da crise financeira global de 2008. Embora o continente fosse capaz de recuperar deste choque global em 2010, e registasse uma forte taxa de crescimento de 4,6 por cento, esta expansão não reflectiu uma diversificação económica proporcional que teria propiciado o desenvolvimento socioeconómico mais rápido e inclusivo para o povo africano.

2. O reconhecimento dos desafios e oportunidades da riqueza dos produtos de base da África reflectiu-se nas várias decisões da União Africana, nomeadamente a Declaração de Arusha sobre Produtos de Base Africanos e outros quadros como o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) de 2003 e sua Declaração de Malabo de 2014 sobre Crescimento Agrícola Acelerado e Transformação para a Partilha da Prosperidade e Melhoria dos Bens de Subsistência, o Plano para o Desenvolvimento Industrial Acelerado da África (AIDA) de 2008, a Visão Mineira Africana (VMA) de 2009, a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) de 2012 e a Agenda 2063 da UA de 2013. No entanto, a recente expansão de produtos de base e os desafios decorrentes da queda de preços dos produtos de base implicaram uma reformulação holística e uma nova abordagem da questão de como a riqueza produzida pelos produtos de base africanos pode impulsionar o desenvolvimento do continente. Isto foi substancialmente levado em consideração nos produtos minerais (abrangendo cerca de 85% das exportações dos produtos de base: **Error! Reference source not found., Error! Reference source not found.**) Na Visão Mineira Africana de 2019 da UA (VMA²,) que salientou a diversificação por meio do desenvolvimento de todas as ligações dos produtos de base .

Quadro 1: Comércio dos Produtos de Base Africanos 2018 (milhões de US dólares)

¹ <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/how-africa-can-feed-the-world/>

² A *Visão Mineira Africana*, Adis Abeba

(USD millions)	Africa Exports	Commodity Group % of Exports	Africa Imports	Commodity Group % of Imports	Commodity Group Imports % Commodity Exports	Trade Balance	Intra-African Trade	Commodity Group % Intra-Africa Commodity Trade	Group Intra-African Trade % Group Exports
Commodity Group	Total 2018 USD M	% 2018	Total 2018 USD M	% 2018	% 2018		Total 2018 USD M	% 2018	% 2018
Agricultural Commodities	56 327	15%	68 780	35%	122%	-12 453	9 599	26%	17%
Agricultural Raw Materials	9 341	2%	2 947	1%	32%	6 395	781	2%	8%
Food & Beverages	38 334	10%	49 897	25%	130%	-11 563	6 317	17%	16%
Animal Products	8 651	2%	15 936	8%	184%	-7 285	2 501	7%	29%
Mineral Commodities	324 717	85%	129 168	65%	40%	195 550	27 463	74%	8%
Metals-Minerals (ex precious)	47 216	12%	8 357	4%	18%	38 859	3 330	9%	7%
Precious Metals & Stones	52 386	14%	4 247	2%	8%	48 139	1 995	5%	4%
Industrial Minerals & Polymers	6 106	2%	17 641	9%	289%	-11 535	2 389	6%	39%
Fertiliser Minerals	6 390	2%	3 850	2%	60%	2 540	1 405	4%	22%
Energy Minerals	212 619	56%	95 072	48%	45%	117 547	18 344	49%	9%
Total Commodities	381 044	100%	197 947	100%	52%	183 097	37 062	100%	10%
All Products (exports, imports & intra-Africa trade)	USD 497 267 million		USD 573 529 million				USD 69 383 million		
Commodities: % Africa Total	77%		35%				53%		
Agricultural Commod: % Africa Total	11%		12%				14%		
Mineral Commodities % Africa Total	65%		23%				40%		

Fonte: Cálculos baseados na base de dados do Mapa do Comércio das TIC (1)

3. A vulnerabilidade da África a choques externos, em parte devido à dependência da exportação de matérias-primas, particularmente produtos de base minerais³, constitui motivo de preocupação. A volatilidade dos preços de produtos de base e a deterioração dos termos de trocas comerciais continuam a ser as principais características dos mercados internacionais dos produtos de base, e isso cria desafios para a gestão macroeconómica eficaz, e expõe a maioria dos países a uma maior incerteza da balança de pagamentos. Além disso, os subsídios agrícolas nos países desenvolvidos agravam esta situação através da redução dos preços de agro-produtos e receitas de divisas da África.
4. É neste sentido que um dos projectos emblemáticos no âmbito da Agenda 2063 da UA é a formulação de uma Estratégia da UA para os Produtos de Base para o continente. Esta Estratégia, estabelece uma visão para a industrialização centrada nos produtos de base, nomeadamente: *“Produtos de base que contribuem para uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e que representa uma força dinâmica na arena internacional”*. Visa, entre outros benefícios, permitir aos países africanos adicionar maior valor, extrair maiores rendimentos dos seus produtos de base, integrar nas cadeias de valor africanas, e promover a diversificação vertical e horizontal e desenvolvimento de conteúdo local que reconhece contributos de todo o continente.
5. O objectivo geral da Estratégia da UA para os Produtos de Base é garantir que os produtos de base da África sejam aproveitados para impulsionar as suas agendas de crescimento, desenvolvimento e industrialização. A Estratégia da UA para os Produtos de Base visa estabelecer cadeias de valor regionais de produtos de base

Em 2018 os minerais representavam 85% das exportações de produtos de base de quase 200 biliões de US dólares e os minerais energéticos constituíam mais de metade do total (**Error! Reference source not found.**).

estratégicos para satisfazer as necessidades da África e que possam ser eficazmente orientadas para cadeias de valor globais. Além disso, a Estratégia propõe recomendações para a criação de mecanismos dinâmicos destinados a minimizar o impacto negativo da volatilidade dos preços de produtos de base, assegurar preços justos através da utilização da riqueza de recursos naturais e vantagens competitivas nos mercados de produtos de base.

6. A Estratégia irá incentivar a diversificação assente na realização da cadeia de valor dos produtos de base, através de acréscimo de valor, desenvolvimento do conteúdo local e regional, desenvolvimento de competências e tecnologias e extracção de rendimentos de produtos de base. Isto também inclui o aprofundamento dos mercados de produtos de base regionais da cadeia de valor e facilitação do comércio de produtos de base da cadeia de valor, como defendido nas estratégias e decisões da UA.
7. A Estratégia é estruturada em sete capítulos: (i) Introdução; (ii) Análise Situacional; (iii) A Estratégia; (iv) Elementos Fundamentais para Implementação da Estratégia; (v) Quadro de Implementação, Monitorização & Avaliação; (vi) Mobilização de Recursos, Financiamento e Acordos de Parceria; e (vii) Comunicação da Estratégia.
8. O Plano de Acção faz parte integrante desta estratégia. O mesmo prevê uma estrutura geral para a implementação da estratégia, explicando acções estratégicas aos níveis nacional, regional e continental. Destaca igualmente o conjunto de resultados previstos, a monitorização e avaliação, e a mobilização de recursos. Fornece ainda informações sobre iniciativas em curso ao nível continental associadas a acções estratégicas

Capítulo 2: Análise da Situação

9. Nas últimas duas décadas, o continente africano registou progressos na governação e no desenvolvimento socioeconómico. Porém, ainda há muito a ser alcançado. Este capítulo aborda os desafios a enfrentar, bem como as oportunidades a serem exploradas no contexto das matérias-primas.
10. Considerando a vasta riqueza em termos de produtos de base em África, é importante analisar o ambiente interno e externo em que estão a ser produzidos e utilizados, com referência à sua contribuição, desafios e oportunidades. Este capítulo apresenta uma análise da situação dos sectores de agricultura, energia e produtos minerais.
11. Os produtos de base constituíram a maior parte das exportações da África, em 77% de 2001 a 2018. Durante o mesmo período, os produtos minerais constituíram 67% das exportações e os produtos agrícolas apenas 10%, enquanto os minerais energéticos representavam quase metade (48%) das exportações **Invalid source specified**. Exportações dos produtos de base de 2011 a 2018, constituídos por 87%

de produtos minerais e 13% agrícolas. Contudo, durante o mesmo período, a África foi um importador líquido de produtos agrícolas com um défice comercial de 23%⁴.

Produtos Agrícolas

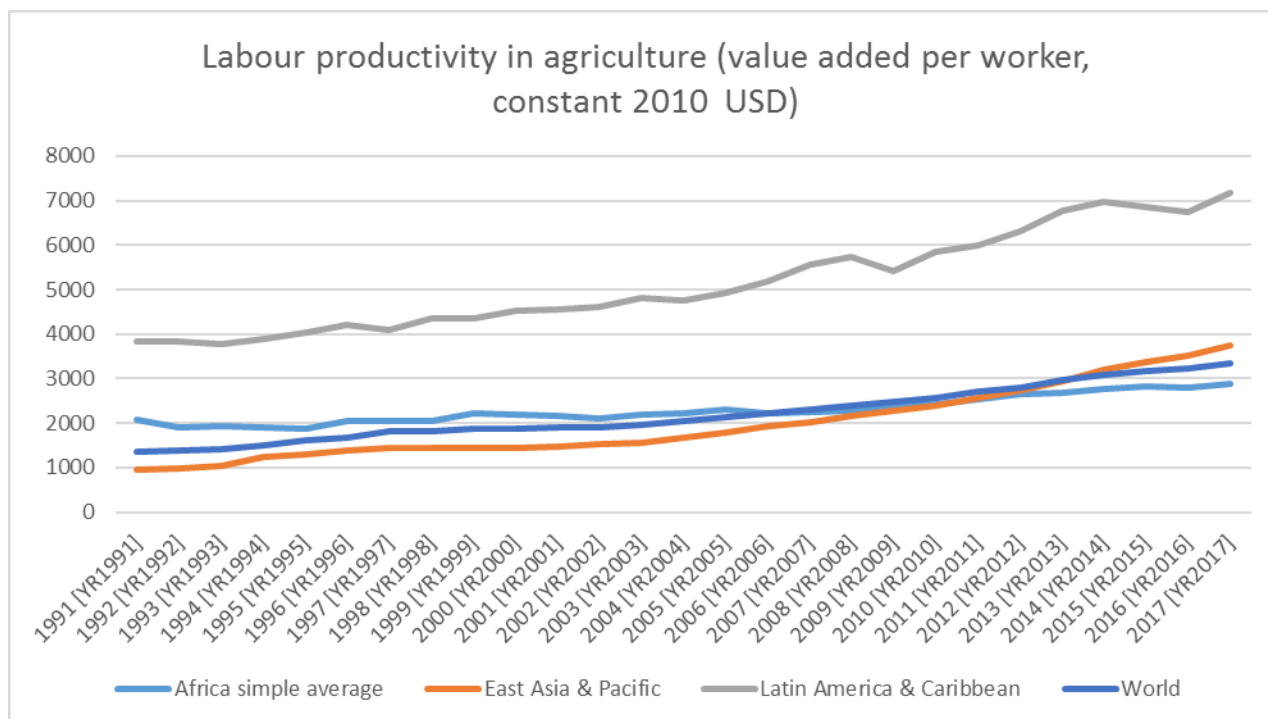
12. A definição de agricultura em termos gerais abrange os sub-sectores das culturas, pecuária, pesca e florestas, e é essencial para o crescimento económico inclusivo e assente numa base alargada, desenvolvimento empresarial e criação de emprego, segurança alimentar e nutricional e erradicação da pobreza em África. A maioria dos meios de vida africanos baseia-se directamente na agricultura, e os produtos agrícolas são importantes para a geração de rendimentos e receitas de exportação em muitos países africanos, também para os agentes da cadeia de valor que dependem destes produtos para mercados ou matérias-primas e emprego. De facto, os produtos de base agrícolas comercializados internacionalmente em que a África é exportador, como o café, o cacau e o algodão, são, directa ou indirectamente, as principais fontes de emprego e rendimento para centenas de milhões de pessoas. Através da tributação e da redistribuição, fazem grandes contribuições para a prestação de serviços básicos. Através da fiscalidade e da redistribuição, constituem um contributo importante para a prestação de serviços básicos. Assim, as flutuações das receitas de exportação desses produtos de base afectam significativamente a economia global dos países dependentes dos produtos agrícolas. Igualmente, os produtos agrícolas estratégicos como arroz, milho e sorgo são importantes para a segurança alimentar em África. O fracasso na promoção do aumento da produção e produtividade, valor acrescentado e comércio desses produtos de base estratégicos pode levar à instabilidade política, a níveis nacional, regional, e continental.

13. A contribuição da agricultura para o Produto Interno Bruto (PIB) em África continuou a deteriorar-se nos últimos anos. Em todo o continente, a participação do valor acrescentado da agricultura no PIB caiu de quase 23% no início da década de 1970 para menos de 17% na última década. Esta percentagem média da participação é de 27,4% na África Oriental, 12% na África Central, 15% na África do Norte, 22% na África Ocidental e apenas 3% na África Austral⁵. O declínio do valor acrescentado da agricultura, além da participação no PIB não tem sido acompanhada por um aumento na produção. Em vez disso, a parcela do valor acrescentado pela produção no PIB também foi diminuindo, enquanto os serviços informais de baixo valor têm estado a aumentar.

14. Não obstante a sua importância em termos de geração de empregos, a parcela da agricultura no contexto da criação de riqueza permanece baixa. Isso está relacionado à baixa produtividade do sector agrícola. A produção agrícola per capita de África estagnou nos últimos trinta anos, enquanto todas as outras regiões do mundo aumentaram dramaticamente (Vide o gráfico abaixo).

⁴ Base de dados sobre o Mapa do Comércio das TIC.

⁵ UNCTADSTAT para 1970-2017

Figura 1 Comércio Africano de Produtos Agrícolas (milhões de USD)

Nota: A série "Média simples de África" refere-se à média simples de todos os países africanos para os quais o WDI contém dados no ano especificado.

Fonte: Cálculos baseados em indicadores de desenvolvimento mundial, 2019

15. A importância da agricultura transcende o seu valor acrescentado no PIB. O sector agrícola emprega cerca de 60% do total do continente da mão de obra⁶ e representa terço do total das receitas de exportação. Provas empíricas mostram que os aumentos de rendimentos agrícolas em muitos países africanos são alargados através de multiplicadores de crescimento da ordem de 1,5 a 2,7, resultantes de ligações de despesas e consumo entre a agricultura e os outros sectores da economia. O aumento generalizado do rendimento através de um crescimento agrícola de base alargada e transformação (através do valor acrescentado a montante e a jusante e competências) é, portanto, essencial para a realização de todo o potencial desses efeitos multiplicadores na concretização da agenda de criação de riqueza e erradicação da pobreza.

16. Devido à importância dos produtos agrícolas, e do sector como um todo, os Chefes de Estado e de Governo da UA, em 2014 através da Declaração de Malabo comprometeram-se a tomar medidas destinadas a transformar a agricultura no

⁶ <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>.

continente. Entre outros objectivos, esta obriga a UA a erradicar a fome até 2025, triplicar o comércio intra-africano de produtos agrícolas e de serviços, e oferecendo oportunidades de emprego para pelo menos 30% dos jovens nas cadeias de valor agrícolas, facilitando ao mesmo tempo a entrada preferencial de mulheres e jovens em oportunidades atractivas de agronegócios.⁷ A Declaração de Malabo reforça um dos programas emblemáticos da UA, o CAADP, como o quadro essencial para a condução da transformação agrícola no continente.

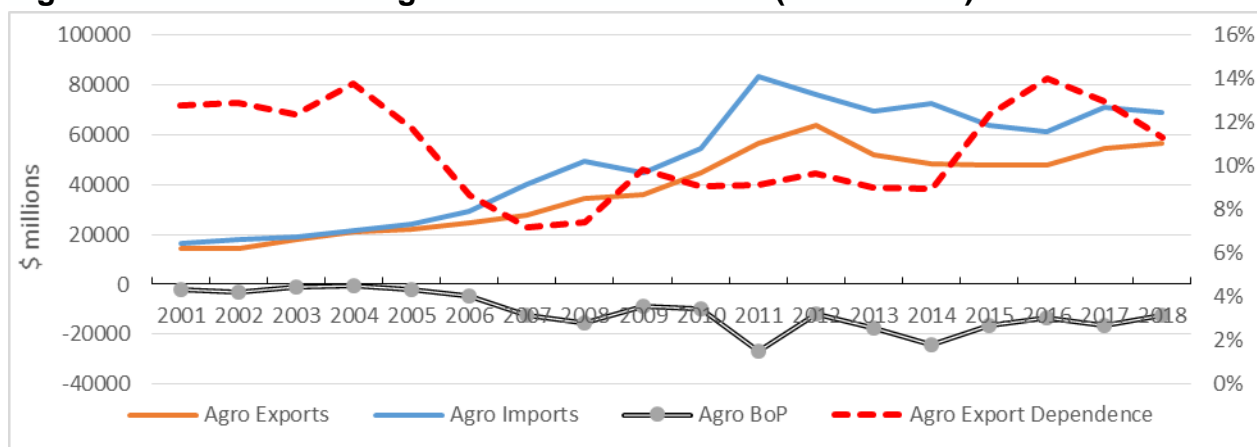
17. Apesar da forte recuperação económica em África durante a última década, a média anual de crescimento agrícola mal conseguiu atingir 4% e, com excepção de alguns países, manteve-se abaixo da taxa de 6% prevista no CAADP. Impulsionada pelo elevado crescimento populacional (cerca de 3% por ano), rápida urbanização (no ritmo anual de 5%), crescimento do rendimento (de cerca de 5% por ano) e emergência de uma crescente classe média, a demanda de alimentos da África continua a exceder a oferta interna, considerando que o comércio intra-regional formal corresponde apenas a 7% do total do comércio de produtos alimentares e agrícolas no continente, e permanece baixo, mesmo se as disposições de fluxos transfronteiriços informais conseguirem duplicar este nível. A factura líquida de importação dos produtos agroalimentares do continente é de aproximadamente 66 biliões de US dólares e deve aumentar para 110 biliões de US dólares até 2025.
18. A agravar o crescimento anual agrícola inadequado, a Perda Pós-colheita (PHL) em África também é alarmante, e em relação a cereais é avaliada em mais de 4 biliões de US dólares por ano, embora a provisão de dados precisos acerca de muitos Estados africanos seja irregular. Este facto incidiu no CAADP e na Declaração de Malabo, dando origem ao Plano de Trabalho da União Africana sobre PHL, incluindo mapeamento de PHL e o quadro de M&A de PHL. Quase toda a PHL da África ocorre entre a colheita e a venda a retalho⁸, particularmente na armazenagem e no transporte, apontando para a necessidade de incorporar a Estratégia da UA para os Produtos de Base na sua estratégia do PIDA para a disponibilização de infra-estruturas de agricultura em África, sobretudo as infra-estruturas adequadas de armazenagem e transporte.
19. O comércio intra-regional de agro-produtos é seriamente limitado por uma vasta gama de factores condicionantes como infra-estrutura precária, barreiras não tarifárias (BNT) incluindo questões relacionadas com normas sanitárias e fitossanitárias (NSF) e, acima de tudo, políticas e regulamentos comerciais inconsistentes. Em face dos abundantes recursos naturais adequados mas inexplorados (sobretudo terra e água) para a agricultura, o continente ainda depende de fontes extra-africanas de pelo menos 80% das suas importações de produtos alimentares e agrícolas. Em 2018 as importações foram de aproximadamente 69 biliões de US dólares do exterior da África, e aproximadamente 9,6 biliões de US

⁷ *Malabo Declaration on Accelerated Agricultural Growth and Transformation for Shared Prosperity and Improved Livelihoods*. Addis Ababa : Africa Union, 2014.

⁸ Africa's food PHL at retail to consumption is the lowest in the world, but from production to retail is about 160kg per capita p.a. (37)

dólares do interior da África, enquanto as exportações da África foram cerca de 56,3 bilhões de US dólares, conforme indicado na Figura 1 abaixo.

Figure 1 Africa Trade in Agricultural Commodities (USD million)



Source: Calculations based on ITC Trade Map database

20. Os cálculos baseados nas economias africanas da base de dados sobre o Mapa do Comércio das TIC são afectados por quatro características principais do seu comércio de produtos alimentares e agrícolas. Em primeiro lugar, a base de exportação do continente concentra-se fortemente numa gama limitada de matérias-primas (café, cacau, nozes, frutas, óleos vegetais, café, açúcar, tabaco, chá, madeira, algodão, borracha, baunilha, amendoim, óleo de palma, ananás, banana, goma arábica, couros e peles de animais, peixes e mariscos, etc.) de que a África é principalmente uma tomadora de preços nas cadeias de valor globais, devido à fragmentação da oferta que leva a um poder de negociação descoordenado e limitado.
21. Segundo, a África tem uma considerável balança comercial global negativa em termos de agro-produtos (cerca de 12,5 bilhões de US dólares em 2018) que dificilmente pode suportar. Os maiores desequilíbrios verificam-se nos alimentos e bebidas (aproximadamente 11,6 bilhões de US dólares em 2018) nos produtos animais (aproximadamente 7,3 bilhões de US dólares em 2018), enquanto que as matérias-primas agrícolas⁹ tiveram um saldo positivo de aproximadamente 6,4 bilhões de US dólares em 2018. Embora a África tenha limitado as zonas climáticas para a deslocação de algumas das suas importações de alimentos (por exemplo, trigo¹⁰, cevada e lúpulo), a maioria dos alimentos importados poderá ser produzida

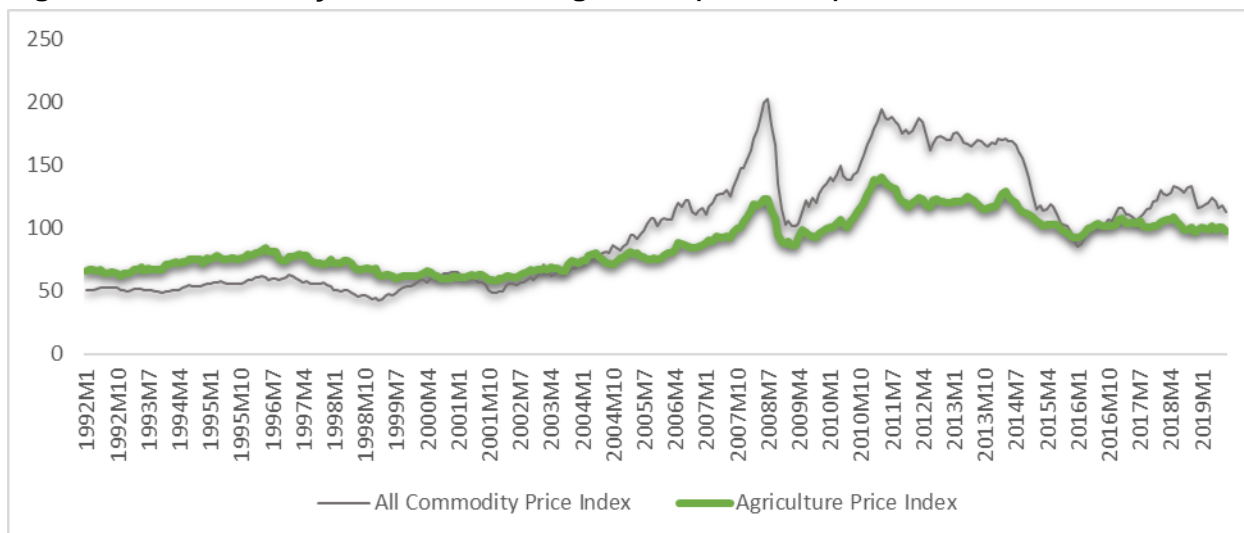
⁹ Principalmente tabaco, fibras naturais, madeira, plantas & flores cortadas, borracha e couro

¹⁰ Em 2018 as importações de trigo e farinha ascenderam de forma significativa a 11 bilhões de US dólares.

de forma viável em África¹¹, apesar de vários alimentos terem sido afectados pela redução dos preços devido às subvenções atribuídas aos agro-produtos nos países desenvolvidos. Isto implica a necessidade de desenvolver estratégias para produzir as principais importações no continente e fazer lobby para a redução e eliminação de agro-subsídios, com vista a “criar condições de igualdade de concorrência”.

22. Terceiro, convém realçar que entre as importações mais crescentes de produtos agro-alimentares da África estão os produtos processados de valor acrescentado que, em termos líquidos, representam cerca de 70% do total da factura das importações de produtos agroalimentares do continente em média. A balança comercial agrícola da África registou uma deterioração, uma vez que as exportações de matérias primas de baixo preço têm estado a crescer a um ritmo muito mais lento (cerca de 3% p.a.) do que as importações dos produtos transformados de preço mais elevado (8% p.a.) ao longo de 2010-2015, apontando para a necessidade de acelerar o desenvolvimento da indústria de agro-processamento numa abordagem de cadeia de valor, que assegura uma forte articulação entre as políticas e estratégias para o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria.
23. Quarto, como uma tomadora de preço a níveis de exportação e importação, a África continua a ser altamente vulnerável a choques e alta volatilidade de preços nos mercados agro-alimentares globais, bem como a práticas desleais do comércio global e a concorrência de sistemas muitas vezes subsidiados, altamente desenvolvidos e produtivos de agricultura e agro-negócio –, num contexto marcado pela especulação crescente e preocupante sobre produtos alimentares e agrícolas a nível mundial, como indicado na Figura 2 a seguir. Por conseguinte, a África deve expandir a sua objecção aos destrutivos apoios à agricultura proporcionados nos países desenvolvidos.

¹¹ As importações de arroz, óleos vegetais, açúcar, milho, soja, legumes secos, chá, café e sumos de fruta totalizaram 30,3 biliões de US dólares em 2018 e óleo de palma isoladamente ascendeu a 4,6 biliões de US dólares (7)

Figura 2 Índice de Preços de Produtos Agrícolas (2016=100)

Fonte: Cálculos baseados no FMI. Portal de Dados sobre os Produtos de Base

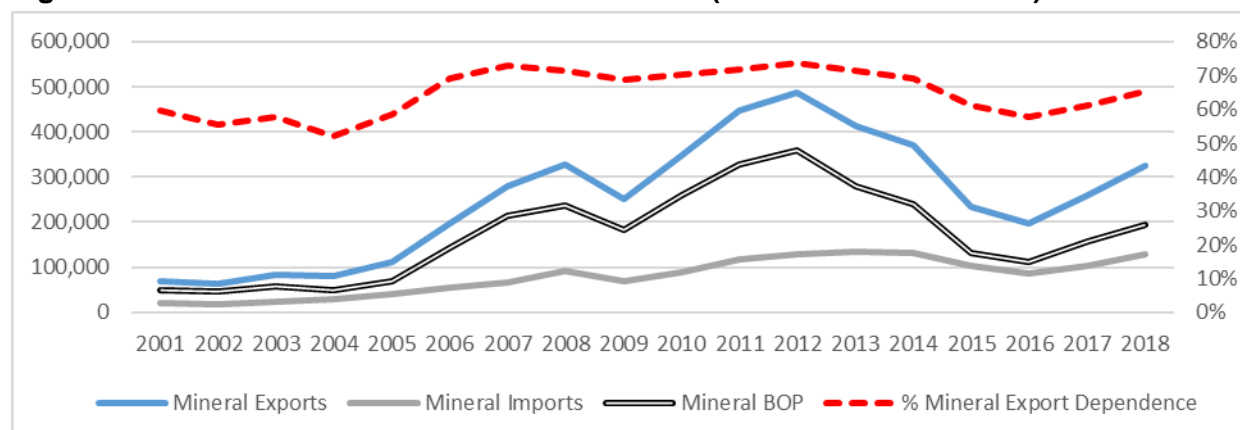
24. Como resultado destas características essenciais, os sistemas agro-alimentares da África permanecem na base (fases primárias) das cadeias de valor globais de valor, com fracas articulações entre agricultores e mercados intra-africanos e globais. Isso deu origem a baixos rendimentos para os agricultores e à perda considerável de postos de trabalho e oportunidades de criação de riqueza nos sectores de serviços de agro-indústria e de agronegócio. Este é o fundamento para uma estratégia abrangente, integrada dos produtos de base, que visa maximizar a contribuição da agricultura para um crescimento económico inclusivo de base alargada, resultando na criação de emprego, prosperidade partilhada e erradicação da pobreza em África. Desde o início, essa estratégia deve analisar a forma como o continente deve organizar-se. Deve elaborar políticas e instrumentos para expandir e aprofundar as suas cadeias de valor agrícolas e construir instituições viáveis, com vista, em primeiro lugar, a satisfazer o seu próprio mercado dinâmico e em rápido crescimento, para além de aproveitar o máximo a riqueza da interface do comércio com a economia global.
25. Oportunidades do ponto de vista da procura abundam. A população mundial deverá crescer quase 10 biliões em 2050, impulsionando a procura de produtos de base agrícolas. O Banco Mundial prevê que com o aumento da urbanização, os mercados alimentares urbanos da África irão aumentar quatro vezes e exceder os 400 biliões de US dólares até 2030. Em geral, prevê-se que os mercados agrícolas e de agronegócio da África (nomeadamente alimentos e bebidas) alcancem 1 trilhão de US dólares até 2030. A África deve aproveitar as oportunidades no sector da agricultura e do agronegócio. Considerando que a agricultura requer mão de obra intensiva, a promoção da produção, valor acrescentado e comércio de produtos agrícolas irá gerar mais empregos e aumentar os rendimentos das pessoas do continente.
26. Neste contexto, deve-se realçar a assinatura do acordo de ZCLCA pelos Chefes de Estado e de Governo Africanos em Março de 2018. Isso dá um novo impulso a um dos compromissos da Declaração de Malabo: promover o comércio intra-africano

de produtos de base agrícolas e serviços (triplicar até 2025), criando e melhorando as políticas e condições institucionais para simplificar as práticas comerciais, acelerar o estabelecimento da ZCLC e a transição para uma União Aduaneira continental com um regime de Tarifa Externa Comum (TEC), aumentar o investimento em infra-estrutura de mercado e de comércio, promover/reforçar plataformas multilaterais, e reforçar/simplificar os mecanismos de coordenação, como enunciados no Tratado de Abuja. O objectivo de tudo isso consiste em promover uma Posição Comum Africana sobre as negociações comerciais internacionais e parcerias no domínio da agricultura.

Produtos Minerais

27. Apesar de a África ser dotada de recursos minerais, estes não têm produzido benefícios significativos e concretos para o continente. A África continua caracteristicamente pobre, com baixo crescimento económico, conflitos, guerras e guerras civis. Esta situação tem sido descrita como a chamada 'maldição dos recursos'. A África como um todo é uma 'economia de minerais' (as exportações de minerais excedem 50% do total das exportações). O contributo do sector para o PIB varia muito, de 39% em Angola (petróleo) para zero nas Seychelles. As exportações de minérios da África, incluindo os hidrocarbonetos, aumentaram de 64 biliões de US dólares em 2001 para 447 biliões de US dólares em 2012, antes de baixar para 181 biliões de US dólares em 2016.

Figura 3 Comércio Africano de Produtos Minerais (Milhões de US dólares).



Fonte: (7)

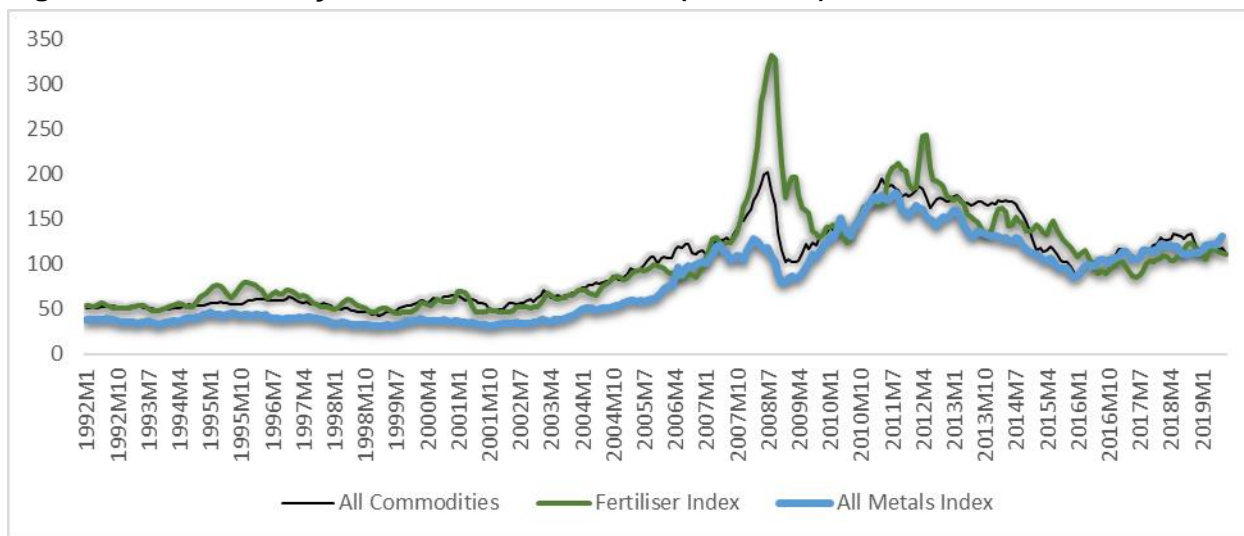
28. A dependência da exportação de minérios (incluindo petróleo e gás) aumentou de 52% in 2004 para 74% in 2012, antes de baixar para 58% em 2016 e depois aumentar para 65% em 2018. A média das exportações de minérios, incluindo petróleo e gás, durante 18 anos de 2001 a 2018 situou-se em 252 biliões de US dólares por ano, e durante o mesmo período o total das exportações do continente foi, em média, de 375 biliões de US dólares por ano, como apresentado na Figura 3 acima. Em média a dependência das exportações de minérios como uma percentagem do total de exportações durante o período de 10 anos foi de 64%.

29. O facto de a África ser altamente dependente do sector dos minérios reforça a importância deste sector para o desenvolvimento global do continente. Apesar de

relatos nos últimos anos de crescimento económico significativo em algumas partes da África, a pobreza extrema está a aumentar em vez de estar a diminuir. Sem dúvida, a pobreza é o maior indicador de sub-desenvolvimento em África. O ritmo da globalização, juntamente com a enorme onda de liberalização económica, nomeadamente os desequilíbrios na distribuição dos benefícios do sector mineiro a favor de fortes empresas mineiras, continua a prejudicar a capacidade dos países africanos para a integração efectiva ascendente nas cadeias de valor globais e optimização dos benefícios do sector mineiro.

30. Em média, o continente tem uma balança comercial positiva de minérios no valor de 173 biliões de US dólares (2001-18) e as importações de minérios representam 32% das exportações. As importações de minérios são principalmente petróleo e produtos petrolíferos, apesar de a África ser um importante exportador, indicando oportunidades de maior comércio intra-africano e processamento (refinação). Contudo, a balança comercial de minérios industriais & polímeros é consistentemente negativa e, em média, menos de 7,3 biliões de US dólares de 2001 a 2018, predominantemente, polímeros, embora a África tenha matérias-primas significativas de polímeros (petróleo, gás ou carvão), implicando a necessidade de viabilizar uma estratégia continental viável para a deslocação de importação de polímeros.
31. O declínio acentuado e contínuo nos preços dos produtos de base, que teve início em 2012, continua a manter a sua energia a um nível de crise. A situação é complexa, incerta e ambígua. Os preços dos produtos de base têm diminuído significativamente em todos os domínios, embora em graus diferentes. Os índices de preços dos produtos de base baixaram com o Índice de Preços de Metais do Banco Mundial que terminou em 2015 em 50% inferior às subidas de 2011¹². A formação de preços e os movimentos determinados pelos factores fundamentais dos mercados e pelas forças não ligadas aos mercados, continuam a ser difíceis de prever.
32. O declínio nos preços dos produtos minerais começou em 2011, continuou até 2016, antes de se estabilizar, embora a um nível mais elevado do que os preços muito baixos registados nas décadas de 1980 e 1990. Os preços dos produtos de base têm diminuído significativamente em todos os domínios, embora em graus diferentes. Os índices de preços de produtos de base baixaram com o Índice de Preços de Metais do FMI situando-se em 2019 em 32% inferior às subidas de 2011, conforme indicado na Figura 4 a seguir. Os preços dos minérios, determinados pelos factores fundamentais dos mercados e forças não ligadas aos mercados, continuam a ser voláteis e difíceis de prever.

¹²Banco Mundial, 2015.

Figura 4 Índice de Preços de Produtos Minerais (2016=100)

Fonte: Cálculos baseados no FMI. Portal de Dados sobre os Produtos de Base

33. O continente africano enfrenta muitos constrangimentos na busca de valor acrescentado em termos de minerais. A falta generalizada de quadros de políticas e estratégias adequadas para impulsionar a industrialização, valor acrescentado e agenda de beneficiação é um grande constrangimento na maioria dos países. Embora alguns Estados tenham constatado a necessidade de industrializar e acrescentar valor aos minérios, falta muitas vezes uma abordagem coerente, organizada para isso. Caso existam, os quadros de políticas raramente são apoiados por legislação e regulamentação adequadas.
34. Vários desafios inibem o desenvolvimento de ligações económicas no sector mineiro africano. Médias empresas e indústrias de apoio para impulsionar o desenvolvimento industrial e promover as exportações são poucas, e, muitas vezes, são pouco competitivas. As Micro e pequenas empresas têm dificuldades em crescer de forma sustentável e de fazer a transição para médias e grandes empresas, devido a uma grande variedade de obstáculos, nomeadamente a insuficiência de infra-estruturas, o acesso limitado ao financiamento e a escassez de mão de obra especializada relevantes para actividades de maior valor acrescentado. Outros problemas incluem competências técnicas, empresariais e organizacionais limitadas, que têm impedido o continente de promover um sector de recursos minerais competitivo como um motor de crescimento e desenvolvimento sustentável.
35. Estes problemas são agravados por uma afectação inadequada de recursos às principais instituições governamentais que apoiam o sector mineral, capacidades humanas e institucionais limitadas, colaboração regional insuficiente, falta ou inadequação de políticas e estratégias para reforçar a participação dos empresários locais ao longo da cadeia de valor, incapacidade de prever a evolução das necessidades do sector mineiro de rápido crescimento e inovador, e planear a longo prazo. A maioria das instituições de educação e formação da África funcionam com currículo inadequado, fraca promoção de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), insuficiente Educação e Formação (E&T) e instituições de Ensino e Formação Técnica e Profissional (TVET). Além disso, há uma sub-

utilização das TIC na educação. Além disso, a incompatibilidade entre os recursos e capacidades existentes, a níveis nacional e regional, bem como os novos desafios da indústria de exploração mineira traduz-se na perda de oportunidades de empreendedorismos locais para desempenhar um maior papel na emergência de uma cadeia de valor regional viável. Todas estas lacunas, se não forem resolvidas, poderão levar a uma oportunidade perdida para o continente beneficiar da riqueza oferecida pelo sector mineiro.

36. Geralmente, as ligações entre o sector mineiro e outros sectores económicos e sociais não são bem desenvolvidas, com intervenções, como infra-estrutura, educação e outros serviços de exploração mineira num silo, em vez de serem integrados numa estratégia nacional inter-sectorial. Consequentemente, o sector mineiro da maioria dos países africanos continua dissociado da economia em geral, com pouca transformação interna e valor acrescentado de produtos minerais, fornecimento de contributos industriais e de serviços para exploração mineira, ou actividades económicas diversificadas baseadas nos minerais. Isto reflecte o foco da indústria de extracção e evacuação de grandes quantidades de minérios para mercados internacionais com limitação de interacções com outras actividades nacionais.
37. Como resultado, o sector é caracterizado por: limitada geração de emprego directo e indirecto; rendimentos baixos; dominação contínua de extracção e exportação de minerais primários; importação contínua factores de produção e produtos de elevado valor; bem como a duplicação ineficaz de investimentos em infra-estrutura de factores de exploração mineira. Isto impede a interrupção do ciclo da pobreza e do desemprego nos países ricos em minerais, colocando uma pressão sobre as reservas cambiais e os balanços da macroeconomia e sobre os orçamentos de Estado para a prestação de serviços.
38. Evidências do impacto de desenvolvimento limitado dos minérios, apontam para a necessidade de estratégias e quadros de conteúdo local regional. Definições de conteúdo local devem atender o quantum de materiais produzidos localmente, pessoal local, bens e serviços e participação no capital pelos cidadãos locais. Quadros regionais devem assegurar o tratamento preferencial de contributos regionais ('conteúdo regional').
39. Evidências indicam que até à data não houve nenhum litígio em matéria de minérios que tenha sido apresentado à Organização Mundial do Comércio (OMC), apesar das normas em relação aos Requisitos de Conteúdo Local mandatórios e quantitativos no Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas com o Comércio (TRIMS). Uma crescente preocupação é o mau registo de empresas mineiras na adequação de políticas empresariais voluntárias sobre o conteúdo local/adjudicação à prática no local. Lacunas na definições e na monitorização e supervisão podem aumentar as oportunidades para a corrupção. Políticas sectoriais específicas muitas vezes não são coerentes com os objectivos de desenvolvimento mais amplos.
40. A maior parte dos africanos são confrontados com fracas perspectivas de capacidade institucional na monitorização da implementação do conteúdo local, o

que aumenta os riscos de utilização indevida do quadro para redes de patrocínio, e os consequentes danos de reputação. O cumprimento na partilha de informações confidenciais das empresas nas propostas pode ter um efeito dissuasor nos investidores. Além disso, a harmonização dos requisitos tende a colocar as médias empresas em desvantagem em comparação com as grandes empresas. Há outras provas do crescente número de diferendos relativos a investimentos nos projectos de investimento de minérios sob a jurisdição de tratados bilaterais de investimento. Outro grande problema inclui os desafios da sustentabilidade social, uma vez que políticas e quadros para requisitos multi-dimensionais de conteúdo local muitas vezes não integram os requisitos a nível da comunidade local.

41. A governação do sector mineiro, em termos económicos e políticos, continua a ser um motivo de grande preocupação. Decisões políticas e económicas no âmbito do sector mineiro, são fundamentais para alcançar as vias essenciais de desenvolvimento orientadas para os minerais. Decisões políticas e económicas ajudam a definir a forma como a governação do sector pode alargar ou reduzir os benefícios decorrentes dos recursos minerais do país em todos os níveis da sociedade. O aumento da pressão exercida pela crescente insatisfação com a forma como a riqueza mineral é gerida e distribuída e o seu efeito de bola de neve sobre a pobreza e o desenvolvimento económico estão a proporcionar, cada vez mais, uma potencial oportunidade para subverter o equilíbrio precário dos sistemas de governação da maioria dos países da África.
42. A Actividade Mineira Artesanal e de Pequena Escala (ASM), onde é legalmente permitida, proporciona geração de receitas de emprego para muitas comunidades rurais. No entanto, é caracterizada por vários desafios que condicionam a realização dos potenciais de desenvolvimento. Estes incluem quadros regulamentares e de políticas inadequados; capacidade técnica limitada de mineiros; áreas que contêm minérios explorados de forma inadequada; questões de insensibilidade ao género e trabalho infantil; e falta de acesso ao financiamento e tecnologias adequadas. Estes desafios geralmente bloqueiam os intervenientes de ASM num ciclo de operações de subsistência impulsionado pela pobreza que contribui para a marginalização do sector de ASM da economia nacional mais vasta.
43. Emprego, requisitos de reforço de capacidades e requisitos de aquisições proporcionam forte potencial de efeitos multiplicadores. Uma política de conteúdo local bem estabelecida pode reduzir o risco de reavaliação fiscal discricionária por parte do Governo. O equilíbrio do poder a favor dos governos na reavaliação fiscal e renegociação de contratos pode ser aproveitado para a criação de uma política de conteúdo local. Quadros de conteúdo local podem resolver problemas de distribuição a nível sub-nacional. Existe também um potencial de crescimento para parcerias entre o governo, autoridades locais, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento e sector privado sobre o segmento de reforço de capacidades de conteúdo local.
44. ASM pode ser um motor do crescimento em África, se for devidamente aproveitada e integrada nas estratégias de desenvolvimento. A abordagem de questões como a inclusão financeira e adopção de políticas favoráveis poderá contribuir para o aproveitamento do potencial da ASM para melhorar os meios de

subsistência rurais e incentivar o empreendedorismo de uma forma socialmente responsável.

45. A ZCLCA, através da integração de mercados africanos, poderá desenvolver economias de escala que irão reforçar a competitividade e promover as cadeias de valor regionais no sector mineiro. Isso aumentaria a contribuição do sector para o crescimento económico inclusivo e o desenvolvimento sustentável da África.
46. Ao contrário da produção agrícola, os recursos da produção mineral são limitados e cada depósito de minérios acabará por se esgotar, deixando para trás cidades fantasmas e buracos no chão. Consequentemente, a questão da ‘equidade entre gerações’ é pertinente para a extracção de recursos minerais limitados da África. Para resolver isso, a VMA recomenda a criação de ‘Fundos de Futuros’, Fundos Soberanos (SWF) ou Fundos de Estabilização. Esses fundos permitirão poupar parte dos rendimentos dos recursos para as futuras gerações, quando os recursos estiverem esgotados. Este tipo de mecanismo é utilizado também para manter parte das receitas offshore para melhorar a apreciação da moeda local (‘A Doença Holandesa’) e para os fundos de estabilização para atenuar a volatilidade dos preços. *Citando VMA “Isso iria ‘abrandar’ os rendimentos do boom na economia durante um período de 10 a 20 anos e poderia, em teoria, melhorar o efeito de ‘choque’ de grandes influxos de divisas tanto na balança de pagamentos (conta corrente) como no orçamento nacional. Contudo, é extremamente difícil para um estado pobre resistir às exigências do seu povo para o imediato, mas insustentável, alívio da pobreza. Por conseguinte, essas políticas fiscais devem ser consagradas na lei com disposições que dificultem a utilização de fundos offshore por parte de um futuro governo populista para comprar popularidade a curto prazo.”* [12, p. 29]
47. O facto de a África ser altamente dependente do sector mineiro reforça a importância do sector para o desenvolvimento global do continente. Não obstante a existência de relatórios de crescimento económico significativo nos últimos anos em algumas partes da África, a pobreza extrema está a aumentar em vez de diminuir. Sem dúvida, a pobreza é o maior indicador de sub-desenvolvimento em África. O ritmo da globalização, associado à enorme onda de liberalização económica, nomeadamente os desequilíbrios na distribuição dos benefícios do sector mineiro a favor de empresas mineiras, continua a prejudicar a capacidade dos países africanos para a integração efectiva nas cadeias de valor globais e optimização dos benefícios do sector mineiro.
48. Os Chefes de Estado da União Africana adoptaram a Visão Mineira Africana (VMA) em 2009. Esta foi seguida em 2014 pela Visão Mineira do País. Estes dois documentos fornecem um plano abrangente para maximizar o impacto no desenvolvimento da extracção de produtos minerais através da construção de ligações minerais (a montante, a jusante e paralelamente), parcerias (com o sector privado, sociedade civil, comunidades, trabalho, e outros.) e investimento no conhecimento geológico das dotações da África, a fim de otimizar os retornos para África através de um leasing competitivo de concessões de minérios e descoberta de preços. A VMA prevê “*A exploração transparente, equitativa e otimizada dos recursos minerais para sustentar um crescimento sustentável de base alargada e desenvolvimento socioeconómico*”, incluindo “*Um sector mineiro africano assente no*

conhecimento que catalisa e contribui para o crescimento de base alargada & desenvolvimento totalmente integrado num mercado único africano”.

49. A aplicação da VMA tem-se revelado difícil para muitos dos estados africanos mais pequenos e de média dimensão, devido à sua base limitada de recursos minerais (variedade e dimensões), bem como aos seus mercados limitados para o estabelecimento de ligações a montante e a jusante ao longo das cadeias de valor minerais. Consequentemente, percebeu-se a necessidade de uma abordagem regional (CER) para realizar as ligações e economias de escala, o que levou à formulação de uma Visão Mineira Regional da África Austral (SADC RMV), adoptada na Cimeira da SADC em Agosto de 2019. No entanto, a concretização da SADC RMV em estratégias, projectos e programas regionais viáveis levará vários anos a desenvolver-se.
50. A indústria mineira africana é dominada por empresas mineiras estrangeiras, muitas das quais estão domiciliadas em paraísos fiscais e/ou domínios de sigilo, muitas vezes para esconder o preço de transferência para os fluxos financeiros ilícitos (FFI). A principal razão para a dominação do IED na exploração mineira é a falta de acesso a capital de custo competitivo para as empresas locais, em quase todos os Estados Africanos, tornando-se extremamente difícil para as empresas africanas desenvolver os recursos minerais da África. O custo de capital para as principais empresas de exploração mineira é invariavelmente muito menor do que o dos Estados africanos em que operam. Isso levou a um grande fluxo de lucros, tanto do ponto de vista jurídico (repatriações) e ilicitamente através de FFI. Além disso, a dominação da exploração mineira da África prejudica gravemente o desenvolvimento das ligações de minérios, que podem ser mais facilmente estabelecidas por empresas locais. As empresas estrangeiras têm instalações de processamento globais, que servem para limitar a beneficiação local, e também têm sistemas de aquisições globais que limitam as ligações locais a montante (desenvolvimento de fornecedores), bem como alianças globais de DRH e I&D, geralmente no seu país de origem, que não estimulam o desenvolvimento de competências e tecnologias locais através de ligações secundárias. Por conseguinte, uma Estratégia de Produtos de Base Africanos deve incluir sub-estratégias para apoiar e construir empresas de produção de produtos de base locais, africanas.
51. O continente africano enfrenta muitos constrangimentos na busca de acréscimo de valor de minérios e industrialização. Em muitos países, uma falta generalizada de quadros de políticas e estratégias adequadas para impulsionar a industrialização, valor acrescentado e agenda de beneficiação constitui um grande constrangimento. Embora os estados africanos tenham aprovado a Visão Mineira Africana de 2009 da UA (VMA), que proporciona uma abordagem coerente e organizada através da realização de todas as possibilidades de ligações minerais utilizando minerais para industrializar, poucos aplicaram, ainda que parcialmente, a VMA nas suas economias nacionais. Caso existam, os quadros de políticas nacionais raramente são apoiados por legislação e regulamentação adequadas.
52. Vários desafios inibem o desenvolvimento de ligações económicas no sector mineiro africano, incluindo as empresas de fornecedores e beneficiários. As médias empresas e indústrias de apoio para impulsionar o desenvolvimento industrial e

promover as exportações são poucas, e, muitas vezes, são pouco competitivas. Devido a uma grande variedade de obstáculos, incluindo a escassez de infra-estruturas, o acesso limitado a financiamento e a escassez de mão de obra especializada relevantes para actividades de maior valor acrescentado, micro e pequenas empresas enfrentam dificuldades no crescimento de forma sustentável e realização da transição para médias e grandes empresas. Outros problemas incluem competências técnicas, empresariais e organizacionais limitadas, que têm impedido o continente de promover um sector de recursos minerais competitivo como um motor de crescimento e desenvolvimento sustentável.

53. Estes problemas são agravados por uma afectação inadequada de recursos às principais instituições do governo que apoiam o sector mineiro. Isso inclui capacidades humanas e institucionais limitadas, colaboração regional insuficiente, e falta ou inadequação de políticas e estratégias para reforçar a participação dos empresários locais ao longo da cadeia de valor, resultando na incapacidade de prever a evolução das necessidades do sector mineiro de rápido crescimento e inovador e planear a longo prazo. A maioria das instituições de educação e formação operam com currículos inadequados, promoção inadequada de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), instituições insuficientes de educação e formação (E&T) ou de Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP), a sub-utilização das TIC na educação, etc. Além disso, a incompatibilidade resultante a níveis nacional e regional entre os recursos e capacidades disponíveis, bem como os desafios emergentes da indústria mineira traduz-se na redução de oportunidades para o empreendedorismo local para desempenhar um maior papel no surgimento de cadeias de valor minerais regionais viáveis. Todas estas lacunas, se não forem resolvidas, poderão levar a uma oportunidade perdida para o continente beneficiar da riqueza oferecida pelo sector mineiro.
54. Geralmente, as ligações entre o sector mineiro e outros sectores económicos e sociais não são bem desenvolvidas, com intervenções como infra-estruturas, educação e outros serviços de exploração mineira num silo ou desenvolvimento de enclave, em vez de serem integrados numa estratégia nacional inter-sectorial. Consequentemente, o sector mineiro da maioria dos países africanos continua significativamente dissociado da economia em geral, com pouca transformação interna e valor acrescentado de produtos minerais, fornecimento de contributos industriais e de serviços para exploração mineira, ou actividades económicas diversificadas baseadas nos minerais. Isto reflecte o foco da indústria na extracção e evacuação de grandes quantidades de minérios para mercados internacionais com limitação de interacções com outras actividades nacionais. Nesse sentido, os princípios fundamentais da VMA da UA devem ser traduzidos em políticas nacionais e regionais e intervenções.
55. Como resultado, o sector é caracterizado por vários retrocessos: limitada geração de emprego directo e indirecto; rendimentos baixos; dominação contínua de extracção e exportação de minerais primários; importação contínua de factores de produção e produtos de elevado valor; e a duplicação ineficaz de investimentos em infra-estrutura de operações de exploração mineira (transporte, água, energia, TIC, etc). Isso impede a interrupção do ciclo da pobreza e do desemprego nos países ricos em minerais, colocando uma pressão sobre as reservas cambiais e os

balanços macroeconómicos e sobre o orçamento do Estado para a prestação de serviços. Exige medidas correctivas urgentes.

56. A governação do sector, em termos económicos e políticos, continua a ser um motivo de grande preocupação. Decisões políticas e económicas no âmbito do sector mineiro, são fundamentais para alcançar as vias essenciais de desenvolvimento orientadas para os minerais. Decisões políticas e económicas ajudam a definir a forma como o sistema de governação resultante do sector pode alargar ou reduzir os benefícios decorrentes das cadeias de valor minerais do país em todos os níveis da sociedade. O aumento da pressão exercida pela crescente insatisfação com a forma como a riqueza mineral é gerida e distribuída e o seu efeito de bola de neve sobre a pobreza e o desenvolvimento económico estão a proporcionar, cada vez mais, uma oportunidade para subverter o equilíbrio precário dos sistemas de governação da maioria dos países da África, o que claramente requer atenção urgente, estratégias credíveis e intervenções viáveis
57. Emprego, qualificação, reforço de capacidades e requisitos de aquisições possuem forte potencial de efeitos multiplicadores. Uma política de conteúdo local bem estabelecida pode reduzir o risco de reavaliação fiscal discricionária por parte do governo. O equilíbrio do poder a favor dos governos nas reavaliações fiscais e renegociação de contratos pode ser aproveitado para a criação de uma política de conteúdo local. Quadros de conteúdo local podem resolver problemas de distribuição a nível sub-nacional. Há também potencial de crescimento para parcerias entre o governo, autoridades locais, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento e sector privado sobre o aspecto do reforço de capacidades de conteúdo local (desenvolvimento de fornecedores).
58. Actividade Mineira Artesanal e de Pequena Escala (ASM) proporciona emprego e geração de receitas para as comunidades rurais. No entanto, é caracterizada por vários desafios que condicionam a realização dos potenciais de desenvolvimento. Estes incluem quadros regulamentares e de políticas inadequados, capacidade técnica limitada dos mineiros, serviços estatais de extensão técnica inadequados, áreas portadoras de minerais inadequadamente exploradas, danos ambientais, insensibilidades de género e questões de trabalho infantil, falta de acesso a financiamento e tecnologias apropriadas e falta de formalização ou legalização. Estes desafios geralmente bloqueiam os intervenientes de ASM num ciclo de operações de subsistência impulsionado pela pobreza que contribui para a marginalização do sector de ASM em relação à economia nacional mais vasta. ASM deve ser integrada e apoiada para melhorar os seus impactos negativos e aumentar a sua contribuição para a economia e os meios de subsistência.
59. O sector de ASM pode ser um motor do crescimento em África, se for devidamente aproveitado, capacitado e integrado nas estratégias de desenvolvimento nacional. A abordagem de questões como a inclusão financeira e adopção de políticas favoráveis poderá contribuir para o aproveitamento do potencial da ASM para melhorar os meios de subsistência rurais e incentivar o empreendedorismo de uma forma socialmente responsável.

60. A mineração atraiu um IED significativo neste século, grande parte do qual para criar as infra-estruturas necessárias para as operações de exploração mineira (caminhos-de-ferro/estradas, portos/terminais, energia, água, TIC, etc.)¹³, que devem ser integradas no planeamento de infra-estruturas nacionais e regionais para a optimização das sinergias. De facto, PIDA deve utilizar os rendimentos dos recursos minerais¹⁴ para configurar os investimentos em infraestruturas de mineração de modo a maximizar o impacto colateral positivo em outros sectores com rendimentos de recursos escassos, como a agricultura.
61. A ZCLCA, através da integração de mercados africanos, poderá desenvolver economias de escala que irão reforçar a competitividade e promover as cadeias de valor regionais no sector mineiro, em particular o sector de fornecedores e a produção de matérias-primas de origem mineral na economia regional. Isso aumentaria a contribuição do sector para o crescimento económico inclusivo e o desenvolvimento sustentável da África.

Minerais Energéticos

62. A energia em si não é uma mercadoria, devido à margem limitada para o comércio mundial nas suas principais formas, como a electricidade (requer ligações de transmissão dispendiosas com perdas significativas ao longo de grandes distâncias¹⁵) e o calor (impossível de transportar de forma viável ao longo de grandes distâncias). No entanto, os vectores de energia comercializados a nível mundial são matérias-primas minerais, nomeadamente combustíveis fósseis (petróleo, gás, carvão) e urânio. Estes fazem igualmente parte de várias outras cadeias de valor mundiais, como produtos petroquímicos e polímeros/plásticos (petróleo, gás e carvão), fertilizantes (nitrogénio do gás natural), metais ferrosos e não ferrosos (carvão, coque, coque de petróleo), lubrificantes para máquinas e equipamentos (petróleo e carvão), os armamentos e produtos médicos (urânio).
63. A África tem reservas consideráveis e variedades de recursos energéticos, incluindo combustíveis fósseis e energias renováveis. O continente representa quase 8% das reservas mundiais de petróleo bruto, estimadas em mais de 127 biliões de barris. Trata-se, contudo, de apenas metade da parte da África no território mundial (20%) ou população (16%), o que sugere a probabilidade de novas descobertas futuras através de um maior investimento na exploração. A África representa igualmente cerca de 7,5% do total das reservas de gás natural no mundo, estimado em cerca de 15 trilhões de metros cúbicos. Apenas cerca de 11% do potencial hidroeléctrico tecnicamente viável da África, de mais de 300GW, é explorado¹⁶ e as suas reservas de biomassa lenhosa são estimadas em mais de 70 biliões de

¹³ For example, for a new African iron ore mining operation, the infrastructure can typically constitute from 50% to 70% of the total capital requirement (capex).

¹⁴ resource rents' are the surplus after all costs including a normal return on investment

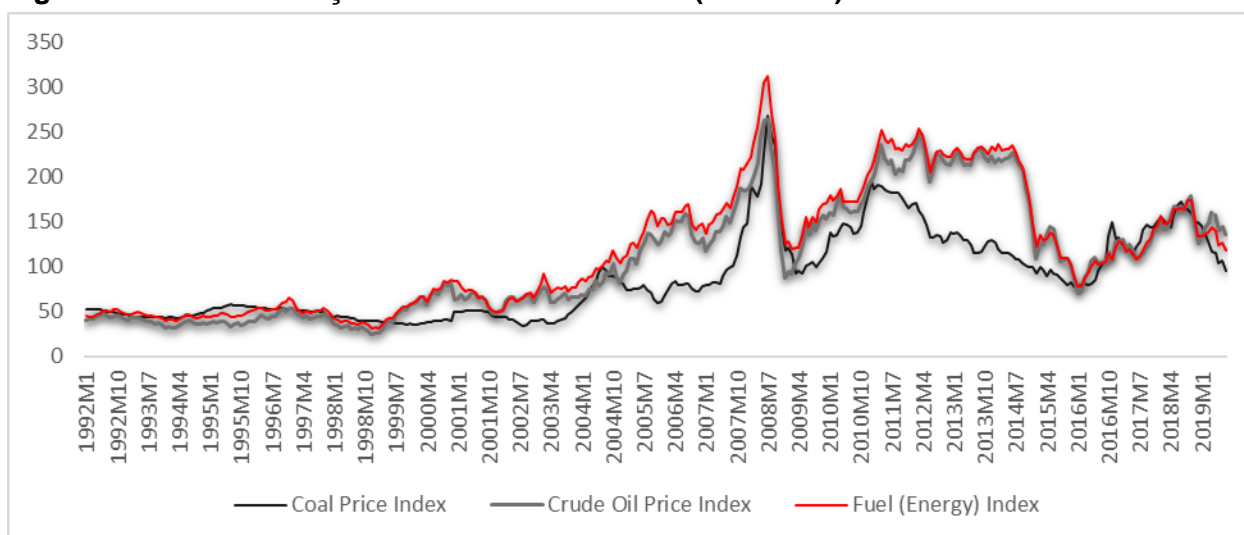
¹⁵ Por isso é que é mais eficiente comercializar vectores de energia, como petróleo, gás, carvão e urânio.

¹⁶ IHA. *Hydropower Status Report 2019*

toneladas. O potencial de energia geotérmica no continente é estimado em mais de 15.000 MW, concentrado principalmente nos países do Vale do Rift¹⁷. O potencial de energia solar e eólica em África é também grande e disponibilizado em todas as regiões do continente.

64. Os produtos energéticos, especialmente os combustíveis fósseis são uma importante fonte de receitas para os países exportadores de petróleo e gás em África, como Nigéria, Angola e Argélia, representando entre 50% - 80% das receitas públicas. Apesar de produzir quase 10 milhões de barris de petróleo bruto por dia, o que representa cerca de 10% da produção mundial de petróleo bruto, o consumo de petróleo bruto em África é o mais baixo do mundo, com menos de 4%¹⁸. Além disso, mais de 70% do petróleo bruto produzido em África é exportado para fora do continente e a África tem apenas 3,6% da capacidade global de refinação de petróleo, o que indica que a maior parte dos recursos petrolíferos do continente não são totalmente explorados a nível interno e que as oportunidades de criação de valor acrescentado, a produção e o comércio locais são desperdiçados a nível local. Em termos de gás natural, a África exporta mais de 45% da sua produção total.

Figura 5 Índices de Preços de Produtos Minerais (2016=100)



Fonte: Cálculos baseados no FMI. Portal de Dados de Produtos de Base.

65. A maioria dos países africanos são também importadores líquidos de energia, altamente expostos à volatilidade dos preços de energia, pondo assim em risco as suas posições da balança de pagamentos, como mostra a Figura 5 acima. Mais de 143 bilhões de US dólares são gastos anualmente para subsidiar a energia (petróleo, gás, carvão e electricidade) para proteger os consumidores nos países africanos. Por exemplo, Nigéria gasta, em média, 5 bilhões de US dólares por ano para subsidiar combustíveis. O que impõe uma enorme carga fiscal que recai sobre as economias dos países africanos, e representa um risco enorme para o desenvolvimento

¹⁷IRENA. *Renewable Energy and Jobs Annual Review 2019*

¹⁸BP. *BP Statistical Review of World Energy 2018*.

económico, porque a maioria dos governos costumam usar as receitas nacionais para pagar os subsídios. A maioria dos países africanos também subsidiam a electricidade, onde as tarifas não reflectem geralmente os custos.

66. Apesar dos enormes potenciais de energia, o sector da energia em África é caracterizado por uma baixa capacidade e eficiência na produção da electricidade. Esta situação deve-se aos custos elevados, fornecimento de energia instável e pouco confiável, baixo acesso à energia moderna, insuficiência de infra-estruturas energéticas, e falta de capacidade institucional e técnica para utilizar os seus enormes recursos. Actualmente, mais de 600 milhões de pessoas em África não têm acesso à electricidade, enquanto mais de 80% da população da África Sub-Sahariana depende da energia de biomassa para cozinhar¹⁹, principalmente usando fogões tradicionais, com fracos níveis de eficiência, conduzindo a graves impactos na saúde e mortalidade. A exploração dos recursos minerais energéticos da África tem sido igualmente acompanhada de questões ambientais e sanitárias, que mesmo nos países desenvolvidos ameaçam a estabilidade política e a segurança, além de agravarem o impacto das alterações climáticas e de outra poluição localizada.
67. Actualmente, subsistem ainda muitos factores que contribuem para os baixos níveis de beneficiação dos produtos energéticos em África. Esses factores incluem o financiamento, baixos níveis de procura interna, que se devem nomeadamente a baixos níveis de integração regional, políticas inadequadas, má governação e baixos níveis de capacidade técnica, etc. As economias de escala são fundamentais para o investimento a jusante em combustíveis fósseis, e a capacidade mínima viável das centrais está constantemente a aumentar. A escala de eficiência mínima para uma refinaria de petróleo viável é de, pelo menos, 200.000 barris por dia (bpd), que é superior ao consumo da maioria dos estados africanos²⁰. Assim, uma estratégia da África para os produtos de base deve incluir sub-estratégias sobre a integração regional para realizar as oportunidades de ligação a montante e a jusante.
68. Os baixos níveis de financiamento público, juntamente com os baixos níveis de participação do sector privado representam um dos mais importantes desafios para o desenvolvimento do sector da energia em África. Por exemplo, as necessidades de infra-estruturas de energia totalizaram aproximadamente 63 biliões de US dólares em 2013, mas apenas 8 biliões de US dólares foram investidos em infra-estruturas de energia durante esse ano²¹. Isto deixa uma lacuna de financiamento de cerca de 55 biliões de US dólares por ano.
69. A inexistência de ou distorções de mercados de produtos de base energéticos na maioria dos países africanos também constitui uma outra grande barreira, que está directamente ligada aos baixos níveis de infra-estruturas e problemas de acessibilidade que originaram uma baixa procura de produtos de base energéticos.

¹⁹ IEA. *World Energy Outlook 2017*

²⁰ The Reliance Jamnagar Refinery in India has a capacity of 1.24 million barrels per day (bpd).

²¹ APP. *Africa Progress Report 2015*

O processamento e transporte de produtos de base de energia exigem normalmente infra-estruturas especializadas ou grandes infra-estruturas, nomeadamente oleodutos, centrais eléctricas, refinarias, etc, que também exigem grandes recursos em termos de financiamento para a construção. Há uma falta de grandes mercados que permitirão economias de escala para investimentos no sector da energia. Os baixos níveis de industrialização no continente afectam igualmente o nível da oferta e da procura de produtos energéticos, sublinhando a necessidade de integração económica regional.

70. Há também políticas e instituições inadequadas que promovem o valor acrescentado e indústrias fornecedoras de produtos de base energéticos em África. Onde existem essas políticas e instituições, há uma fraca implementação de políticas e regulamentos, dando assim origem a mercados descoordenados e produção ineficaz que dificultam o valor acrescentado e desenvolvimento de fornecimentos para os produtos de base energéticos. Por exemplo, países como a Nigéria ainda estão a combater a queima de gás.
71. O desenvolvimento do sector energético da África está gravemente afectado pelos baixos níveis de capacidades técnicas e competências para a construção e manutenção das infra-estruturas que permitirão o processamento efectivo e abastecimento de energia. No momento, a África está a aperfeiçoar e a processar uma pequena fracção dos produtos energéticos que produz, em parte devido às capacidades de competências inadequadas. A ausência de estruturas e estratégias para incentivar a inovação e a transferência de tecnologia estão a dificultar a absorção e captação da tecnologia neste sector.
72. A má governação também representa um grande obstáculo ao desenvolvimento do sector da energia em África. Ao longo dos anos, conflitos, corrupção, burocracia, etc. levaram a uma má gestão dos recursos energéticos da África. Nos países ricos em recursos, muitas vezes, concessões questionáveis e direitos de exploração têm sido atribuídos a empresas sem a devida consideração para a forma como esses países irião maximizar os benefícios desses recursos.
73. Na maioria das vezes, não há informações disponíveis sobre potenciais oportunidades e mercados no sector de energia para os decisores políticos, instituições e outros intervenientes, especialmente o sector privado nacional. Também não existem bases de dados e sistemas de informação coerentes a diferentes níveis, que permitam o acompanhamento do comércio e dos mercados. Isto, por sua vez, conduz a baixos níveis de respostas políticas e estratégicas no sector da energia.
74. Apesar dos desafios, as enormes reservas e variedade de recursos energéticos do continente proporcionam à África grandes oportunidades para melhorar o acesso à energia, acelerar o crescimento económico e industrialização, reduzir a pobreza e otimizar os rendimentos dos produtos energéticos através do valor acrescentado e diversificação. O sector da energia proporciona oportunidades para o fornecimento

de electricidade a mais de 600 milhões de pessoas até agora sem acesso (mais de 55% dos africanos sub-saharianos). Com a taxa de crescimento anual de aproximadamente 6% na procura de energia no continente²², a procura de produtos e serviços de energia proporcionam oportunidades para o desenvolvimento de todos os tipos de sistemas de energia, incluindo os que utilizam combustíveis fósseis e energias renováveis a níveis local, nacional e regional.

75. Além disso, os enormes recursos energéticos do continente também oferecem grandes oportunidades para promover o comércio regional e a integração entre os estados membros. Contudo, os recursos energéticos são distribuídos de forma desigual, criando assim a necessidade de comercializar entre os países e regiões. Por exemplo, a maior parte das reservas de petróleo estão concentrados na África do Norte e na África Ocidental. Isto pode criar a necessidade de fornecer petróleo e gás para outras regiões através de infra-estruturas regionais de energia, facilitando assim a criação/expansão de mercados, bem como a integração regional. Actualmente, não há praticamente nenhum comércio entre os países africanos em termos de produtos petrolíferos. Em 2018, a África obteve o valor de 9 biliões de US dólares de petróleo bruto da África e 10,4 biliões de US dólares de fora da África (quase 50%), enquanto no mesmo ano obteve 6,7 biliões de US dólares de produtos petrolíferos (principalmente combustíveis líquidos) da África e importou 39,5 biliões de US dólares de fora da África (apenas 14,5%).
76. A exploração, transporte, comercialização e utilização de recursos energéticos tem o potencial de criar postos de trabalho significativos ao longo de toda a cadeia de valor, além de fornecer os contributos necessários para promover o desenvolvimento económico em outros sectores. Na Ásia, por exemplo, a energia renovável criou cerca de 6 a 7 milhões de postos de trabalho. Isto proporciona à África a oportunidade de retomar os ensinamentos obtidos em outras regiões do mundo.
77. Afigura-se que o desenvolvimento de um sistema de energia eficaz no continente exigirá o desenvolvimento e implementação de políticas e estratégias coerentes, consistentes e favoráveis no sector da energia. Parece-nos que também é necessário traçar objectivos claros e exequíveis no sector, por exemplo, a proporção de produtos energéticos que deve ser processada em África e as metas de conteúdo local do sector energético, bem como orientações claras sobre o comércio de produtos energéticos, a níveis internacional e nacional.
78. A África continuará a desempenhar um papel significativo nos mercados globais da energia à medida que mais recursos, sobretudo recursos de petróleo e gás, forem sendo descobertos. Os produtos energéticos também continuarão a ser essenciais para o crescimento económico e receitas de muitos países africanos. A África continua ainda a ser o continente com o mais baixo nível de industrialização, apesar dos enormes recursos no continente. A volatilidade dos preços dos produtos energéticos, especialmente dos preços do petróleo e do gás, os conflitos sociais e

²² PIDA. *PIDA Market Demand Study*.

políticos e a má gestão também reduziram significativamente os ganhos das receitas de exportação na maioria dos países com recursos de combustíveis fósseis. Assim, para reduzir a sua dependência das matérias primas, é necessário que estes países diversifiquem as suas bases de receitas, através da valorização dos produtos de base energéticos, do desenvolvimento dos factores de produção (conteúdo local) e da diversificação sectorial. O desenvolvimento de infra-estruturas e sistemas de energia que permitam a criação de mercados em África e a promoção da industrialização são de crucial importância, para que a África beneficie e maximize os seus ganhos dos seus vastos e enormes recursos energéticos.

Capítulo 3: A Estratégia

79. Este capítulo apresenta a orientação estratégica nomeadamente, visão e declarações de missão), pilares, questões, objectivos e acções que descrevem como a África pode utilizar os seus produtos de base para impulsionar a industrialização sustentável, a diversificação económica, a transformação estrutural e o desenvolvimento.

Declaração de Visão

80. “Produtos de base que contribuem para uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e que representa uma força dinâmica na cena internacional”²³.

Declaração de Missão

81. “Utilização otimizada dos produtos de base africanos para promover a criação de valor, a industrialização sustentável e o comércio para o desenvolvimento transformador e inclusivo”.

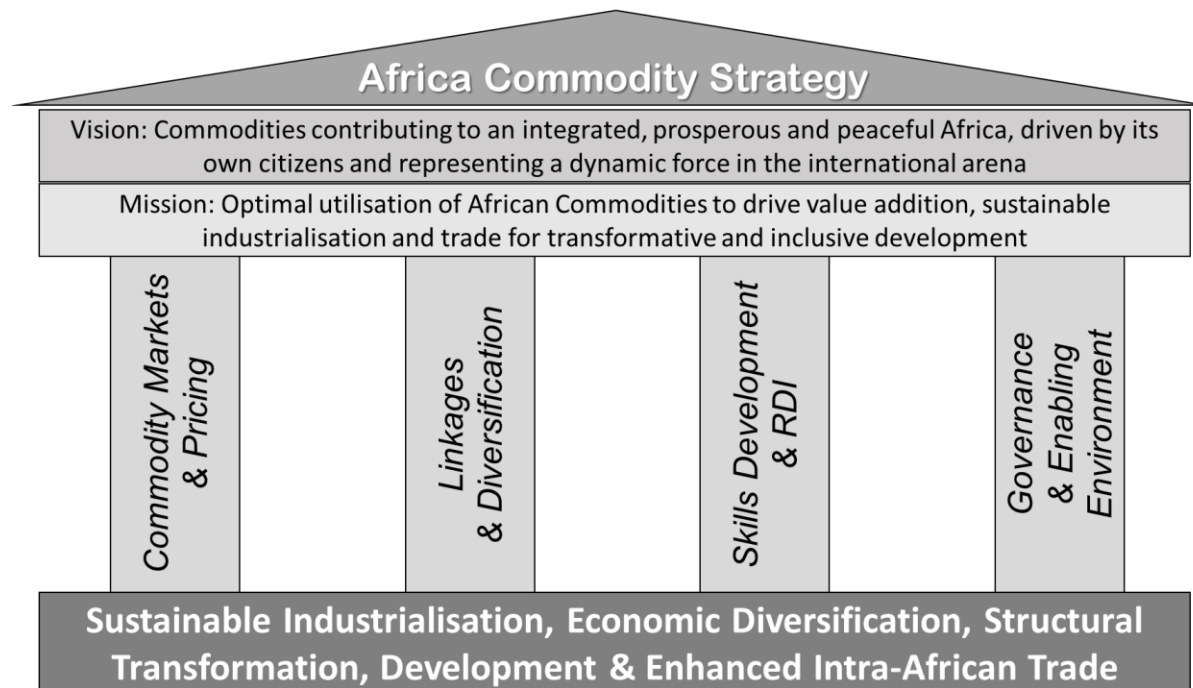
Pilares Estratégicos

- (i) O primeiro Pilar abrange os **Mercados dos Produtos de Base e Fixação de Preços**, e aborda as seguintes questões estratégicas: mercados financeiros e de capitais; ambiente competitivo; bolsas de mercadorias e volatilidade de preços; e energia de produção.
- (ii) O segundo Pilar é sobre **Articulações e Diversificação**, e incide na gestão e utilização sustentável dos recursos naturais; desenvolvimento de cadeias de valor regionais; desenvolvimento de infra-estruturas; e desenvolvimento de Sistemas de Infra-estruturas de Qualidade (SIQ).
- (iii) O terceiro Pilar trata de **Governança** e criação de um ambiente favorável, levando em consideração políticas jurídicas e regulamentares, bem como questões de direitos humanos.

²³ AMV: “Exploração transparente, equitativa e ideal dos recursos minerais para suportar o crescimento sustentável de base ampla e o desenvolvimento socioeconómico”

- (iv) O quarto Pilar concentra-se no **Desenvolvimento de Competências e Investigação e Desenvolvimento (I&D)** com ênfase na mão de obra qualificada; empreendedorismo, tecnologia e inovação.

82. O organograma abaixo indicado descreve as relações entre as Declarações de Visão e Missão, Pilares Estratégicos e resultados previstos.



Pilar 1: Mercados de produtos de base e fixação de preços

83. A África depende em larga medida dos produtos de base para as receitas de exportação, receitas do Estado, e emprego e meios de subsistência. É uma tomadora de preços nos mercados internacionais de produtos de base²⁴ que são, caracterizados por preços altamente voláteis. Esta instabilidade das receitas de exportação dos países africanos afecta a capacidade do continente de planear e implementar os seus projectos de desenvolvimento.

84. A África necessita de mercados de produtos de base estruturados que ofereçam uma plataforma por meio da qual os agentes da cadeia de valor se envolvam em transacções de produtos de base que ocorram através de canais formais com custos de transacção reduzidos, transparência e guiadas ao mesmo tempo por regras e regulamentos apropriados da África. Isto implica mercados em que os produtores, estabelecimentos comerciais e instituições financeiras se associam e propõem instrumentos financeiros que respondem às necessidades específicas dos países africanos, incluindo a necessidade de gestão de mitigação de riscos, o que ajudará os cidadãos africanos a obter o máximo de benefícios dos seus produtos de base.

²⁴ Excepto diamantes (cartel DTC) e, em certa medida, petróleo (cartel da OPEP)

85. As principais questões estratégicas identificadas no Pilar 1 são as seguintes:

- (i) Mercados financeiros e de capitais
- (ii) Ambiente favorável
- (iii) Mercados de produtos de base estruturados
- (iv) Volatilidade de preços
- (v) Energia de produção

Questões Estratégicas 1 - Mercados Financeiros e de Capitais

86. Os mercados financeiros e de capitais são geralmente utilizados para investimento, financiamento, seguros (por exemplo, garantia de exportações) e produção. Infelizmente, a África está numa encruzilhada, uma vez que enfrenta desafios devido aos mercados financeiros e de capitais nacionais e regionais subdesenvolvidos, bem como aos altos riscos associados à realização de negócios.

A. Objectivos Estratégicos:

- (i) Desenvolver mercados financeiros e de capitais eficazes e competitivos.
- (ii) Desenvolver um Banco Africano de Desenvolvimento Industrial e VCF bem capitalizados.
- (iii) Minimizar os riscos associados à realização de negócios.

B. Acções Estratégicas:

- (i) Criar políticas de apoio, harmonizar quadros regulamentares e empreender outras acções necessárias a níveis nacional, regional e continental para a eficácia e a competitividade dos mercados financeiros e de capitais
- (ii) Permitir a livre circulação de capitais em todo o continente.
- (iii) Criar um Banco Africano de Desenvolvimento Industrial e VCF.
- (iv) Promover parcerias público-privadas na construção de infra-estruturas necessárias de mercados financeiros e de capitais.
- (v) Facilitar a realização de negócios e mitigação dos riscos financeiros.
- (vi) Estabelecer e/ou reforçar DFI focadas no desenvolvimento da cadeia de valor das matérias-primas.

Questão Estratégica 2 - Ambiente propício

87. A principal preocupação incide na necessidade de estabelecer e institucionalizar políticas, leis e criação de um ambiente que facilite práticas justas e competitivas. O Protocolo da ZCLCA sobre políticas de concorrência, protocolos e quadros juntamente com a preconizada união aduaneira continental, com uma tarifa externa

comum (TEC), oferecem uma oportunidade para África estabelecer um ambiente competitivo integrado para o crescimento e sustentabilidade do sector de produtos de base, bem como protecção contra práticas desleais de concorrência.²⁵

A. Objectivo estratégico:

88. Criar um ambiente propício para a África através de política e leis da concorrência dos Estados Membros, e a protecção contra a concorrência desleal através de tarifas de importação apropriadas, com base nas melhores práticas a níveis nacional e regional.

B. Acção estratégica:

89. Estabelecimento da política de concorrência nacional e regional e instituições jurídicas em conformidade com o quadro da ZCLCA, em conjunto com uma TEC africana com vista a combater subsídios para produtos de base e dumping.

Questão estratégica 3 - Mercados de Produtos de Base Estruturados:

90. As bolsas de mercadorias (BM) podem proporcionar instrumentos e soluções que criam a transparência e liquidez dos mercados, mitigam riscos (por ex. a importância da descoberta de preços e redução da volatilidade de preços), incentivam ligações de mercados, desbloqueiam o financiamento do comércio e informações de mercado, e definem procedimentos de comercialização e normas que facilitam o comércio. Podem também aumentar a economia, reduzir a insegurança alimentar e permitir uma maior democratização da economia.

91. No entanto, é preciso tempo e esforço para aumentar a participação e desenvolver os sistemas de regulamentação necessários para ganhar confiança e proteger os intervenientes. Além disso, os instrumentos financeiros e comerciais necessários devem ser desenvolvidos juntamente com um entendimento da perecibilidade dos produtos de base agrícolas. É necessária uma abordagem de sistemas regionais, onde, por exemplo, um armazém pode ser verificado electronicamente para aumentar a confiança de que os produtos de base estão realmente disponíveis. As Bolsas de Mercadorias são locais destinados ao comércio agrícola, mineral ou de energia, mas nem sempre estão reunidas num único lugar. As Bolsas tendem a especializar-se em um dos três grupos de produtos de base e não se espalham inicialmente por muitos regimes de produtos de base. Isso permite uma maior especialização e um melhor funcionamento dos negócios.

92. São poucas e dispersas as Bolsas de Mercadorias bem sucedidas em África e de um modo geral falharam na criação da confiança entre produtores, vendedores e

²⁵ Actualizam os dados conforme apropriado no momento da adopção do documento de estratégia (A África do Sul deve fornecer a formulação)

compradores e gestores das BM. Não existem trocas de minerais/metais africanos em funcionamento, apesar da sua produção mineral significativa. Excepções notáveis de produtos agrícolas são SAFEX da África do Sul e a Bolsa de Mercadorias da Etiópia (ECX). Esta necessitou de uma gestão forte e específica, associada a um investimento de capital substancial e soluções tecnológicas inovadoras e inclusivas para conectar de forma efectiva todos os participantes (ou seja, produtores, depositários, comerciantes, correctores e serviços de câmaras de compensação e prestadores de serviços de inspecção independentes). A base para uma BM bem sucedida é, portanto, a confiança, que leva tempo a ser construída e reconhecida em todo o país ou região. Consequentemente, seria melhor expandir as Bolsas de Mercadorias africanas funcionais, existentes, para servir a região mais ampla (CER), de armazéns certificados e criar novas BM em regiões onde não existam (por exemplo, CEDEAO).

93. É importante que os governos criem um ambiente em que os preços sejam facilmente identificados e acordados, em que os preços não flutuem descontroladamente, que reflectam adequadamente a abundância ou escassez de recursos e onde os produtores e vendedores de produtos de base recebam uma parcela mais justa e garantida do preço, reflectindo o seu verdadeiro valor.

A. Objectivos Estratégicos:

- (i) Tornar as Bolsas de Mercadorias funcionais e respeitáveis em todas as principais regiões africanas, abrangendo todos os principais grupos de produtos de base (agricultura, minerais/metais e vectores de energia).
- (ii) Adoptar tecnologias e práticas actualizadas para a comercialização de produtos de base e identificação e disponibilidade de dados de mercado.
- (iii) Estabelecer Tarifas Externas Comuns regionais viáveis (TEC) e a capacidade de aplicação efectiva, a fim de combater a concorrência desleal, particularmente a causada por subsídios à produção de produtos de base nos países desenvolvidos.
- (iv) Melhorar os ganhos para os produtores de produtos de base e economias da África, procedendo a uma planificação a longo prazo e contratações futuras como forma de estabilizar e garantir pedidos e promover um bom comportamento do mercado.
- (v) Aumentar o comércio intra-regional de produtos de base por volume e valor, aumentar os ganhos para os produtores e maior estabilidade de preços para vendedores e compradores.

- (vi) Promover os mercados digitais de produtos de base removendo os sistemas de “open cry”, aumentando assim a transparência e aumentando o acesso a mais intervenientes.

Acções estratégicas:

- (i) Investigar a regionalização das Bolsas de Mercadorias africanas funcionais e respeitáveis existentes que possam servir as CER mais amplas.
- (ii) Identificar locais adequados para o estabelecimento de trocas regionais de produtos de base, em bom funcionamento nas CER que ainda não possuem uma BM de reputação ou que não tenham a comercialização de uma BM de todos os principais grupos de produtos de base.
- (iii) Reforçar as instituições de pesquisa de mercado que trabalham nos mercados de produtos de base e desenvolver vínculos com as BM existentes (explorar possíveis conexões com bolsas como ECX ou SAFEX como um método mais rápido, para demonstrar vendas maiores e mais justas em mercados abertos, reduzindo ao mesmo tempo os custos).
- (iv) Organizar campanhas regionais para a mobilização dos intervenientes e recursos, e sensibilização sobre as BM em África das práticas comerciais.
- (v) Incentivar o sector privado a construir ou reforçar as infra-estruturas materiais e imateriais necessárias para o estabelecimento de bolsas de mercadorias que estabelecem a ligação entre vendedores e compradores de forma mais transparente e mais rápida.
- (vi) Adquirir a tecnologia adequada e realizar acções de formação para utilização quando necessário.
- (vii) Trabalhar com o Banco Afrexim e outros bancos da AXIM para desenvolver instrumentos de financiamento para o comércio intra-africano de produtos de base através de bolsas de mercadorias africanas funcionais e confiáveis.
- (viii) Reforçar as associações de produtores de matérias-primas.

Questão Estratégica 4 - Fixação de Preços e Volatilidade de Preços:

94. As principais preocupações incluem a avaliação incorrecta de preços, volatilidade de preços e tendências de declínio dos preços dos produtos de base. Para resolver este problema, os países africanos devem considerar o estabelecimento e o reforço de mecanismos para prever e limitar os impactos da crise e da volatilidade dos preços.

A. Objectivos estratégicos:

- (i) Estabelecer mecanismos para prever e mitigar o impacto da volatilidade dos preços.
- (ii) Eliminar a avaliação incorrecta dos preços e fixação dos preços de transferência ilícitos.

B. Acções estratégicas:

- (i) Facilitar a adopção dos instrumentos de gestão de riscos, como técnicas de cobertura.
- (ii) Criar fundos soberanos (SWF), onde for relevante, para melhorar a desaceleração dos preços dos produtos de base (fundos de estabilização) e assegurar a sua gestão adequada com base nas melhores práticas a nível global.
- (iii) Reforçar as instituições nacionais, regionais e continentais relevantes para supervisionar os preços de transferência ilícitos.
- (iv) Se for necessário, trabalhar com o Quadro Inclusivo de OCDE/G20 sobre BEPS²⁶ para reduzir a avaliação incorrecta das operações comerciais ²⁷
- (v) Reforçar as capacidades das instituições responsáveis pelo comércio internacional, como autoridades aduaneiras, fiscais e de auditoria, de tal forma que possam e estejam dispostas a impedir a fixação dos preços das transferências.
- (vi) Promover programas de redes de segurança que reduzam os efeitos da volatilidade dos preços na economia e nas pessoas vulneráveis.
- (vii) Promover a utilização de aplicações de Comercialização de Produtos de Base e Gestão de Riscos (CTRM).

Questão estratégica 5 - Energia de produção de produtos de base:

95. A produção e o potencial dos produtos de base africanos podem, em alguns casos, ser grandes o suficiente para influenciar preços e investimentos em África ao longo de suas cadeias de valor ²⁸. Relativamente aos diamantes, os estados

BEPS: Erosão de Base e Transferência de Lucros (mais de 130 países colaboram nisso e mais de 85 países assinaram o Instrumento Multilateral sobre BEPS)

²⁷OCDE. Quadro Inclusivo de OCDE/G20 sobre BEPS

²⁸ A nova Visão Regional de Mineração da SADC (RMV) também contém uma estratégia para a realização do potencial poder do produtor (secção 7.2.11. As cadeias de valor regionais do potencial poder do produtor, p56) (18).

africanos já usaram o seu poder de produção para estabilizar preços e garantir investimentos na cadeia de valor (através do sistema de pontos turísticos da DTC)²⁹.

96. Existem vários outros produtos de base em relação aos quais a África pode ter potencial de produção através de um *marketing* coordenado, como a platina (e outros PGMs³⁰), cobalto, cromo, manganês, cacau, baunilha, taro, sorgo, castanha de caju e noz de cola, entre outros.

97. A Visão Regional Mineira da África Austral (SADC RMV) exige uma estratégia para a realização do potencial produtor regional de energia (secção 7.2.11., P56). No entanto, isso seria muito mais viável a nível continental, com uma maior participação global da produção e potencial de produção³¹.

A. Objectivos Estratégicos:

- (i) Identificar quais produtos de base africanos poderiam ter poder de produção para estabilizar os preços e construir as cadeias de valor de produtos de base.
- (ii) Configurar sistemas de *marketing* cooperativo para materializar, sempre que viável, o poder do produtor.
- (iii) Estabelecer sistemas conjuntos de mercado para os produtos de base selecionados para mitigar a volatilidade dos preços e desenvolver as suas cadeias de valor de produtos de base.

B. Acções Estratégicas:

- (i) Facilitar uma análise dos produtos de base africanos que podem ter poder de produção através de uma grande parcela de produção e/ou recursos globais, inelasticidade relativa da procura e inelasticidade relativa da oferta.
- (ii) Apoiar a configuração de sistemas viáveis de *marketing* conjunto para os produtos de base selecionados, para obter poder de produção, incluindo o financiamento de reservas, para equilibrar a oferta/procura e a distribuição equitativa dos investimentos da cadeia de valor (vínculos anteriores e posteriores).

²⁹ DTC: Diamond Trading Company (De Beers em parceria com os estados africanos produtores)

³⁰ PGMs: Metais do Grupo da Platina

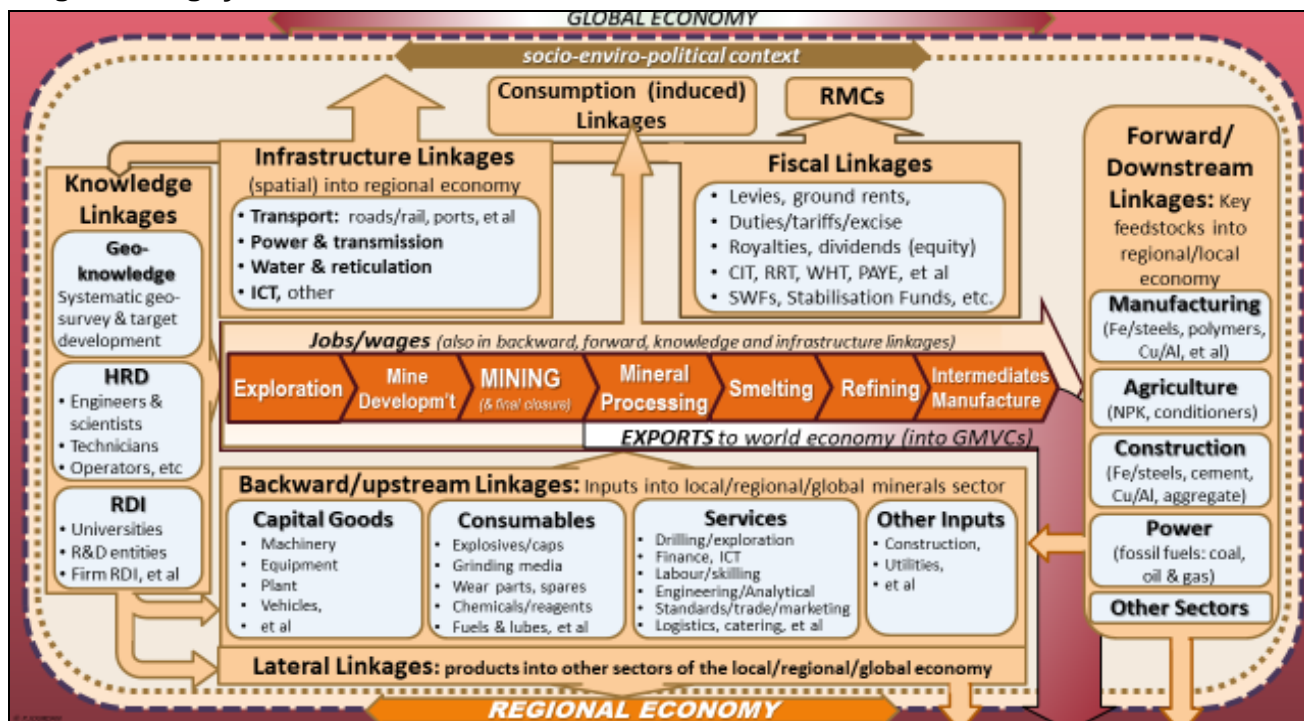
³¹ “Potential produção” para produtos minerais: parcela de recursos/reservas e produtos agrícolas: parcela de zonas climáticas adequadas.

- (iii) Criar organismos de *marketing* de produtos de base para produtores, possivelmente em conjunto com produtores não africanos, para estabilizar preços e alavancar os investimentos na cadeia de valor.
- (iv) Desenvolver sistemas de supervisão para garantir a gestão adequada dos órgãos de *marketing* de produtos de base, com base nas melhores práticas a nível global.

Pilar 2: Relações e Diversificação

98. Atingir o desenvolvimento industrial, reforçar o comércio e garantir a segurança alimentar nas economias exportadoras de produtos de base requer ligações eficazes na e para a produção de produtos de base, bem como a diversificação das economias relevantes.
99. O reforço das ligações no sector de produtos de base implica a consideração de ligações retroactivas (fornecedores de factores de produção/mercados) e ligações prospectivas (processadores de produtos de base), bem como ligações horizontais e intersectoriais. Isso apresenta vias importantes e atractivas para o desenvolvimento industrial. O estabelecimento de ligações no sector de produtos de base também promoverá a diversificação económica.
100. A diversificação nas economias centradas nos produtos de base está relacionada com o desenvolvimento de novos produtos nas cadeias de valor existentes, o desenvolvimento de novas cadeias de valor e as ligações entre produtos de base, industrialização e crescimento económico. Isso também implica o desenvolvimento de “ligações laterais” fora das ligações a montante e a jusante, envolvendo produtos para outros sectores além das cadeias de valor dos produtos de base. Uma representação gráfica das ligações da cadeia de valor dos produtos minerais, da UA AMV e da SADC RMV, é reproduzida na Figura 6 abaixo. As ligações da cadeia de valor dos produtos agrícolas seriam muito semelhantes..

Figura 1: Ligações de Produtos Minerais



Fonte: SADC: Desenvolver uma Visão Mineira Regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Gaborone : SADC, 2019.

101. O reforço dos vínculos e a diversificação do sector de produtos de base exigem a análise de questões estratégicas, como o uso sustentável e a gestão da dotação de recursos naturais; valor acrescentado e integração de cadeias de valor nacionais e regionais em cadeias de valor continentais; bem como o estabelecimento de infra-estruturas eficazes, incluindo sistemas de infra-estruturas de qualidade, para garantir a competitividade global das nossas economia e regiões.

102. As principais questões estratégicas identificadas no Pilar 2 são as seguintes:

- (i) Gestão e uso sustentável dos recursos naturais
- (ii) Desenvolvimento de cadeias de valor regionais
- (iii) Desenvolvimento de infraestruturas
- (iv) Desenvolvimento de SIQ.

Questão estratégica 1 – Gestão e uso sustentável de recursos naturais

Objectivo estratégico:

- (i) Garantir um crescimento sustentável e inclusivo através da gestão e utilização sustentável dos recursos naturais.
- (ii) Maximizar as ligações de cadeias de valor de produtos de base, em conformidade com a VMA.

Acções estratégicas:

- (i) Desenvolver e harmonizar políticas e regulamentos do sector de produtos de base que regem a gestão e utilização sustentável de recursos naturais, que devem ser alinhados com os quadros e instrumentos/mecanismos continentais e globais com um forte conteúdo local e dimensões inclusivas.
- (ii) Capacitar as agências reguladoras a diferentes níveis com ferramentas e sistemas apropriados para implementar efectivamente políticas e regulamentos sectoriais específicos.
- (iii) Reforçar a capacidade dos intervenientes relevantes a todos os níveis, através do estabelecimento de novas e/ou reforço de ligações com os centros de excelência regionais e nacionais existentes.
- (iv) Desenvolver plataformas para a divulgação e partilha de políticas de informação do mercado e melhores práticas sobre a gestão e utilização sustentável a todos os intervenientes.
- (v) Promover a utilização de aplicações digitais de gestão de produtos de base

Questão estratégica 2 - Desenvolvimento das Cadeias de Valor**A. Objectivo estratégico:**

Promover cadeias de valor nacionais e regionais competitivas, inclusivas e responsáveis pela maximização das oportunidades de vinculação e maior integração nos mercados locais, regionais e continentais, bem como nos mercados globais.

B. Acções estratégicas:

- (i) Desenvolver estratégias regionais de produtos de base a nível da Comunidade Económica Regional (CER) para cadeias de valor de produtos agrícolas e cadeias de valor de produtos minerais.
- (ii) Desenvolver estratégias nacionais e regionais de cadeias de valor de produtos de base e quadros regulamentares, que reconhecem o conteúdo regional e local, alinhados com as iniciativas continentais existentes (CAADP, AIDA, VMA, etc.) que aproveitam as oportunidades criadas pela ZCLCA com base nas vantagens comparativas de países e regiões.
- (iii) Dar prioridade ao desenvolvimento de cadeias de valor de produtos de base para fornecer as principais matérias-primas para o crescimento, desenvolvimento e comércio intra-africano, sobre as matérias-primas destinadas aos mercados extra-africanos.
- (iv) Criar e/ou reforçar as zonas económicas especiais integradas existentes (incluindo parques industriais/agro-industriais, zonas de promoção de exportações, incubadoras baseadas na inovação, parques tecnológicos) a níveis nacional e regional com incidência no desenvolvimento de cadeia de valores dos produtos de base.

- (v) Criar, encorajar e reforçar estruturas e projectos para promover cadeias de valor de produtos de base transfronteiriças, através de incentivos e eliminação de barreiras tarifárias e BNT.
- (vi) Facilitar o desenvolvimento de produção local, proporcionando pacotes de incentivos específicos (fiscais, regulamentares, serviços de desenvolvimento empresarial, etc.) para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor.
- (vii) Criar plataformas para o envolvimento entre o governo, o sector privado (produtores de produtos de base, fornecedores de factores de produção e processadores), entidades estatais e outros intervenientes na implementação de uma visão, política e estratégia comuns. Recursos seguros para apoiar o desenvolvimento de ligações dos produtos de base.
- (viii) Adotar ferramentas e instrumentos digitais para otimizar o desenvolvimento das cadeias de valor de produtos de base.

Questão estratégica 3 - Desenvolvimento de infra-estruturas resilientes

A. Objectivo estratégico:

Optimizar o desempenho das cadeias de valor dos produtos de base através do desenvolvimento de infra-estruturas necessárias, integradas e sustentáveis e melhorar o acesso às infra-estruturas.

B. Acções estratégicas:

- a) Planificar, conceber e implementar projectos de desenvolvimento de infra-estruturas resistentes a níveis nacional, regional e continental para facilitar o comércio, valor acrescentado e indústrias de fornecedores, ao longo das cadeias de valor de produtos de base, através de mecanismos de financiamento inovadores, como parcerias público-privadas (PPP) e fundos de capital de risco (VCF).
- b) Priorizar o desenvolvimento de componentes nacionais de projectos de infra-estruturas transfronteiriços, incluindo iniciativas regionais existentes.
- c) Incentivar a cooperação entre os Estados Membros da UA e as CER na atracção de investimentos para o desenvolvimento de infra-estruturas sustentáveis, a fim de facilitar uma maior beneficiação de produtos de base e o desenvolvimento de cadeias de valor regionais, em conformidade com os objectivos do acordo da ZCLCA.
- d) Conceder aos países ou empresas o acesso aos produtos de base para alavancar o financiamento favorável de infra-estruturas, conscientes da necessidade de uma avaliação adequada dos recursos.
- e) Potencializar os rendimentos dos recursos, principalmente da extracção de produtos minerais, para estabelecer uma infra-estrutura configurada para utilização por outros sectores.
- f) Criar e reforçar instituições que fornecem infraestruturas imateriais integradas, para simplificar e tornar os quadros regulamentares mais acessíveis.

- g) Reforçar as ligações com iniciativas de integração regional para criar economias de escala para investimentos de novas infra-estruturas regionais.

Questão estratégica 4 - Desenvolvimento de Sistemas de Infra-estruturas de Qualidade

C. Objectivo estratégico:

Promover a produção sustentável, o comércio e o consumo de produtos de valor acrescentado através do desenvolvimento e harmonização de sistemas de infra-estruturas de qualidade (SIQ).

D. Acções estratégicas:

- a) Harmonizar, a nível continental, políticas de qualidade para um quadro regulamentar coerente no que diz respeito a barreiras técnicas ao comércio por meio de anexos de TBT/SPS ao protocolo de ZCLCA sobre comércio de produtos de base
- b) Promover o estabelecimento de SIQ nacional, regional e continental com base nas melhores práticas internacionais.
- c) Estabelecer e reforçar as instituições de infra-estruturas de qualidade e plataformas pan-africanas, como Infra-estruturas de Qualidade Pan-Africanas (PAQI), para melhorar a competitividade do sector dos produtos de base.
- d) Promover o estabelecimento de Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM) nas Comunidades Económicas Regionais (CER).
- e) Capacitar os produtores de produtos de base, beneficiários e fornecedores de factores de produção em padrões de qualidade.

Pilar 3: Governação e ambiente favorável

103. A governação implica adesão ao estado de direito, paz e estabilidade, minimização de conflitos, respeito pelos direitos humanos e inclusividade (equilíbrio de género, envolvimento activo de todos os cidadãos africanos, entre outros), através de políticas integradas, consistentes e previsíveis. Implica também instituições legais, relevantes e fortes (a níveis nacional, regional e continental).
104. Um ambiente propício é determinado pelo adequado desenvolvimento e implementação de políticas e legislação nacionais, regionais e continentais que permitem que todos os intervenientes (sectores privado e público) desempenhem as suas respectivas funções na economia.
105. A ausência de um regime de governação adequado e de um ambiente propício pode levar a países que operam sob condições políticas e económicas comprometidas. Isso pode resultar, entre outras desvantagens, em baixa produtividade, políticas inadequadas, aplicação discricionária de leis e regulamentos, corrupção, abusos dos direitos humanos e desenvolvimento insustentável.

106. Nesse sentido, o Pilar 3 abrange a governação empresarial, política, social, económica e ambiental de políticas e legislação adequadas e previsíveis nas cadeias de valor de produtos de base.

107. As questões estratégicas identificadas no Pilar 3 são classificadas em dois elementos: governação e ambiente favorável, sub-divididos como se segue:

GOVERNAÇÃO:

- (i) Governação política e institucional.
- (ii) Governação empresarial.
- (iii) Governação social e inclusão.
- (iv) Governação económica
- (v) Governação ambiental.

AMBIENTE FAVORÁVEL:

- (vi) Política e ambiente jurídico/regulamentar.
- (vii) Direitos humanos.
- (viii) Posse e distribuição de terras.

Questão Estratégica 1 - Governação política e institucional

A. Objectivo estratégico:

Adesão a estruturas eficazes de governação política para o desenvolvimento de cadeias de valor de produtos de base.

B. Acções estratégicas:

- a) Promover liderança meritocrática no sector público, acelerando ao mesmo tempo as competências dos grupos sub-representados.
- b) Estabelecer e manter instituições jurídicas e políticas, independentes e credíveis, para garantir a aplicação imparcial do Estado de Direito.
- c) Reforçar a capacidade das instituições públicas para a aplicação das leis e políticas relativas à gestão de recursos de bens.
- d) Aplicar as leis e os regulamentos através de instituições credíveis e independentes e criar instituições para monitorizar e facilitar o desenvolvimento das cadeias de valor dos produtos de base.

Questão Estratégica 2 - Governação corporativa

A. Objectivo estratégico:

Conceber e implementar quadros de governação empresarial baseados nas melhores práticas.

B. Acções estratégicas:

- a) Criar leis e regulamentos sobre a responsabilização e transparência das empresas para garantir a boa cidadania corporativa
- b) Legislar sobre responsabilidade social corporativa em conformidade com os planos de desenvolvimento nacionais e regionais.
- c) Promover e aplicar leis adequadas (empresa, trabalho, riscos profissionais e de saúde, sindicalização e direitos laborais).
- d) Promoção de códigos de boa ética empresarial

Questão estratégica 3 –Governança social e inclusão

A. Objectivo estratégico:

Aprimorar a participação inclusiva de todos os intervenientes ao longo das cadeias de valor dos produtos de base.

B. Acções estratégicas:

- a) Estabelecer mecanismos para a participação inclusiva de todos os intervenientes ao longo das cadeias de valor dos produtos de base.
- b) Promover o acesso e propriedade equitativos dos factores de produção, bem como infra-estruturas e serviços sociais e económicos.
- c) Desenvolver programas de sensibilização que abordem questões sociais ao longo das cadeias de valor dos produtos de base.
- d) Desenvolver, legislar e promover práticas de equidade, tendo em consideração os interesses e necessidades dos grupos sub-representados e vulneráveis.

Questão estratégica 4 – Governança económica

A. Objectivo estratégico:

- a) Promover e implementar estruturas de governação económica que apoiem o desenvolvimento sustentável.

B. Acções estratégicas:

- a) Estabelecer e implementar sistemas de gestão de finanças públicas sólidos e transparentes.
- b) Rever os sistemas e regimes tributários existentes para promover a governação económica nas cadeias de valor dos produtos de base.
- c) Implementar políticas de integração de mercado de acordo com o programa da UA para impulsionar o comércio intra-africano (BIAT).
- d) Desenvolver e promover políticas de conteúdo continentais, regionais e locais. Elaborar directrizes para “Conteúdo local em África”.
- e) Formular, implementar e fazer cumprir leis para combater a lavagem de dinheiro e os fluxos financeiros ilícitos.
- f) Implementar políticas económicas transparentes e responsáveis que promovam o acesso das mercadorias aos mercados nacional, regional e continental.

- g) Promover o uso de aplicativos digitais para garantir transparência e responsabilidade ao longo das cadeias de valor dos produtos de base.

Questão estratégica 5 – Governança Ambiental

A. Objectivo estratégico:

- a) Desenvolver, reforçar e aderir à governança ambiental sustentável.

B. Acções estratégicas:

- a) Desenvolver e implementar políticas, legislação, procedimentos e práticas que incentivem a conservação e a sustentabilidade ao longo das cadeias de valor dos produtos de base, de acordo com os padrões internacionais.
- b) Desenvolver estratégias para mitigação, adaptação e resiliência do sector de mercadorias às mudanças climáticas.
- c) Estabelecer sistemas de protecção ambiental.
- d) Criar estruturas de governança que respeitem a população humana e os ecossistemas naturais.
- e) Estabelecer políticas e leis que mitiguem a poluição, promovam a restauração da terrenos e conservem as terras húmidas.

Questão estratégica 6 –Políticas e quadro jurídico/regulamentar

A. Objectivo estratégico:

- a) Garantir o desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas sólidas e quadros jurídicos/regulamentares.

B. Acções estratégicas:

- a) Integrar a Estratégia de Mercadorias da UA nos planos de desenvolvimento nacionais e regionais.
- b) Estabelecer políticas para promover a diversificação de mercadorias, através da agregação de valor, conteúdo local e novos sectores, nos planos de desenvolvimento nacionais e regionais.
- c) Promover o respeito pelo Estado de Direito e pelos sistemas de justiça. Garantir a independência das instituições jurídicas e políticas.
- d) Fortalecer a capacidade das instituições jurídicas e políticas (tribunais, etc.).
- e) Participar na ratificação e adaptação ao contexto nacional de tratados, acordos e protocolos relacionados com as cadeias de valor de mercadorias (por exemplo, a VMA).
- f) Desenvolver políticas e estruturas legais/reguladoras para promover a digitalização das cadeias de valor dos produtos de base.
- g) Dar prioridade ao uso de sistemas judiciais africanos para julgar, sempre que ocorrerem disputas ou violações de direitos humanos.

Questão estratégica 7 – Direitos Humanos

A. Objectivo estratégico:

- a) Promover, defender, respeitar, apoiar e fazer valer os direitos humanos ao longo das cadeias de valor dos produtos de base.

B. Acções estratégicas:

- a) Proteger, defender, respeitar e solucionar os problemas dos direitos das mulheres, crianças, comunidades locais e outros grupos vulneráveis ou marginalizados.
- b) Reconhecer e respeitar o entendimento das diferenças culturais e religiosas na exploração de mercadorias.
- c) Promulgar leis e mecanismos que promovam a divulgação da violação dos direitos humanos e procedimentos correctivos.

Questão estratégica 8 – Posse e distribuição de terras

A. Objectivo estratégico:

Criar e implementar mecanismos apropriados em relação à posse da terra para a exploração sustentável dos produtos.

B. Acções estratégicas:

- a) Desenvolver o acesso efectivo e eficaz à terra, leis e direitos de propriedade.
- b) Modernizar, digitalizar e padronizar sistemas de cadastro.
- c) Desenvolver e fortalecer estruturas regulatórias para fins de restauração de terras, a fim de lidar com a expropriação de terras no passado.
- d) Desenvolver políticas e sistemas efectivos para a avaliação da terra em casos de desapropriação orientadas para o desenvolvimento, no interesse público, para garantir o cálculo apropriado da compensação, quando necessário.

Pilar 4: Desenvolvimento de competências e R&D

108. O desenvolvimento de competências, R&D e desenvolvimento de tecnologia são importantes para a agregação de valor, a realização de ligações a montante, a inovação, a aquisição de tecnologia e o empreendedorismo ao longo das cadeias de valor dos produtos de base. Estes podem ajudar a desbloquear o potencial das cadeias de valor dos produtos de base em África de forma sustentável.

109. As principais questões estratégicas identificadas no Pilar 4 são elaboradas da seguinte forma:

- (i) Profissionais Devidamente Habilitados
- (ii) Empreendedorismo
- (iii) Tecnologia e Inovação

Questão Estratégica 1 – Trabalho qualificado

A. *Objectivo estratégico:*

- a) Desenvolver capital humano para melhorar o desempenho nas cadeias de valor dos produtos de base, aperfeiçoando as capacidades técnicas, a portabilidade de competências e garantindo a inclusão.

B. *Acções estratégicas:*

- a) Realizar avaliações das necessidades de formação, desenvolvendo e promovendo programas de formação harmonizados nos níveis regional e continental (ensino profissional e de nível superior), bem como implementar estruturas de certificação.
- b) Desenvolver acções afirmativas para garantir a inclusão de grupos vulneráveis ou marginalizados (incluindo jovens, mulheres e pessoas com deficiência física) ao longo das cadeias de valor dos produtos de base.
- c) Incentivar a criação de programas especializados de ensino superior, em particular ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).
- d) Desenvolver parcerias regionais em matéria de formação e inovação em apoio à pesquisa.
- e) Incentivar empresas e indivíduos privados a investir em formação, pesquisa e inovação.
- f) Promover vínculos entre instituições de pesquisa, academias e o sector privado para facilitar a transferência de tecnologias, com vista a melhorar a agregação de valor às mercadorias e à comercialização (produção em massa de inovação).
- g) Estabelecer políticas que facilitem o desenvolvimento do sector da indústria transformadora, particularmente os fornecedores de insumos da cadeia de valor das mercadorias (bens de capital, consumíveis e serviços, Figura 6, acima).
- h) Estabelecer centros técnicos especializados nos Estados membros e CERs para o desenvolvimento de competências e desenvolvimento de tecnologia, a fim de fortalecer as cadeias de valor e diversificação de mercadorias.
- i) Estabelecer fundos de R&D nos Estados membros e nas CER.

Questão Estratégica 2 – Empreendedorismo

A. *Objectivo estratégico:*

- a) Reforçar a capacidade das instituições de incentivar uma cultura empreendedora para o desenvolvimento e crescimento das cadeias de valor dos produtos de base.

B. *Acções estratégicas:*

- a) Desenvolver a capacidade das instituições para treinar e fomentar o empreendedorismo.
- b) Estabelecer incubadoras e viveiros de empresas inovadoras que agreguem valor ao longo das cadeias de valor dos produtos de base e seus sectores de

fornecedores (insumos), particularmente produtores de bens de capital (máquinas, instalações e equipamentos).

- c) Desenvolver e harmonizar estruturas políticas e reguladoras que promovam o empreendedorismo nos níveis nacional e regional.
- d) Melhorar o acesso ao financiamento para empreendedores, tanto para capital de giro como para investimento (opex e capex), para aumentar a produção ao longo das cadeias de valor dos produtos de base e para o comércio intra-africano.
- e) Trabalhar com o sector financeiro no desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores e adequados, incluindo VCFs, para empresas ao longo das cadeias de valor dos produtos de base.
- f) Facilitar a capacidade de agregar valor e fazer negócios ao longo das cadeias de valor dos produtos de base.
- g) Desenvolver e harmonizar esquemas que facilitem a formalização dos mercados de trabalho informais e das micro, pequenas e médias empresas (MPME).

Questão Estratégica 3 – Tecnologia e Inovação

A. Objectivos da estratégia:

- a) Melhorar o acesso a tecnologias mais limpas, modernas e acessíveis e incentivar a adaptação, adopção e engenharia reversa.
- b) Incentivar o desenvolvimento e a incubação da inovação para acelerar o desenvolvimento das cadeias de valor dos produtos de base em África.
- c) Proporcionar oportunidades de formação e desenvolvimento de competências no uso de aplicativos digitais modernos e inovadores ao longo das cadeias de valor dos produtos de base para benefício dos operadores africanos.

C. Acções estratégicas:

- a) Incentivar a engenharia de tecnologia reversa, transferência de tecnologia, adopção e adaptação de tecnologia para atender às necessidades das indústrias locais.
- b) Promover o uso de tecnologias mais limpas e de tecnologia da informação e comunicação (TIC) nas cadeias de valor dos produtos de base.
- c) Introduzir uma cultura de pesquisa e desenvolvimento e inovação em relação a mercadorias em sistemas de ensino e indústrias.
- d) Desenvolver mecanismos para vincular centros de excelência ao desenvolvimento de cadeias de valor de mercadorias.
- e) Promover o estabelecimento de instituições de formação com base na comunidade e plataformas de *e-learning* para MPMEs e outros operadores relevantes.
- f) Promover o estabelecimento de centros de tecnologia e *start-ups* orientados para a cadeia de valor das mercadorias.
- g) Desenvolver as capacidades dos Estados membros, incluindo seus sectores privados, para aproveitar as tecnologias da Quarta Revolução Industrial e

superar os desafios de desenvolvimento ao longo das cadeias de valor dos produtos de base.

A. Capítulo 4: Promotores da implementação da estratégia

110. Há vários promotores estratégicos que tornarão a implementação dessa estratégia um sucesso. Isso permitirá que ela atinja os seus objectivos, conforme declarado no Capítulo 3. O capítulo destacará a seguir os poucos promotores:

A. Ambiente operacional

111. A Estratégia da UA relativa à Produtos de Base é um dos catorze projectos emblemáticos da Agenda 2063 da UA. A implementação da Estratégia de Mercadorias deve ocorrer num ambiente que promova a criação de empregos, a erradicação da pobreza e contribua efectivamente para o desenvolvimento sustentável do continente.

112. Note-se que esta estratégia extrai as conclusões de vários estudos que indicam que África realmente não ganhou muito com a sua rica dotação de recursos. Isso deve impulsionar todas as partes interessadas a implementar as recomendações adoptadas nesses estudos.

A. Compromissos políticos

113. Certamente existe um compromisso político com a Estratégia da UA relativa a Produtos de Base, pois é um dos principais projectos da Agenda 2063. Isso será fundamental para a sua implementação efectiva por todos os intervenientes. Os governos têm a responsabilidade de empreender e acelerar reformas políticas, económicas e fiscais para facilitar a implementação das recomendações da Estratégia de Produtos de Base da UA.

A. Parcerias

114. Essa estratégia foi desenvolvida num momento em que existe um interesse renovado em África. Os principais actores globais perceberam que o continente é a próxima fronteira de crescimento em virtude dos seus vastos potenciais e dotação de recursos. Consequentemente, existe uma vontade crescente de fazer parceria com a África em várias áreas, incluindo o desenvolvimento de suas cadeias de valor de mercadorias. A parceria intra-africana também é essencial para o desenvolvimento de cadeias de valor competitivas ao nível continental, a fim de integrá-las nas cadeias de valor globais. Essa estratégia, portanto, alavancará essas parcerias, inclusive comunidades e OSC para garantir que a sua implementação seja aperfeiçoada. Essa alavancagem concentrar-se-á na seguinte, entre outras abordagens:

- (i) Acções de sensibilização em vários níveis global, continental, regional, nacional e sub-nacional.
- (ii) Apoio técnico e financeiro para a implementação do seu plano de acção.

A. Instituições

115. Há várias instituições, em África e no mundo todo, cujo trabalho se concentra nas cadeias de valor dos produtos de base. Em África, existem organismos como o Centro de Desenvolvimento de Minerais de África (AMDC), a agência da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (AUDA-NEPAD), a Pesquisa e Desenvolvimento Semi-Árido de Grãos Alimentares da UA (SAFGRAD) (produtos agrícolas), a UA-IBAR (pecuária e produtos relacionadas à pecuária), a Organização Inter-Africana do Café (IACO) e o Instituto Africano de Couro e Produtos de Couro (ALLPI).
116. A nível global, existem instituições como o Fundo Comum para Mercadorias (CFC), a Organização Internacional do Cacau (ICCO) e a OPEP, entre outras. As capacidades e competências dessas instituições podem ser efectivamente aproveitadas para permitir a implementação dessa estratégia.
117. Essa estratégia precisa alavancar no seu ambiente operacional, parcerias e instituições, a fim de cumprir a sua visão e missão.

Capítulo 5: Estrutura de Implementação, Monitorização e Avaliação

118. Este capítulo destaca a estrutura de implementação, monitorização e avaliação da estratégia. Isso garantirá que as acções estratégicas contribuam efectivamente para a consecução dos objectivos dessa estratégia. Sendo assim, foi desenvolvido um Plano de Acção para orientar a implementação da estratégia.

A. Abordagem de Implementação

119. A implementação será levada a cabo em três níveis:
- (i) Nacional
 - (ii) Regional
 - (iii) Continental

120. A seguir, estão os principais actores da implementação, cujas funções e responsabilidades estão definidas no plano de acção.

- (i) Governos
- (ii) CER
- (iii) Sector privado
- (iv) Parceiros de Desenvolvimento
- (v) Sociedade Civil
- (vi) Desenvolvimento de Competências, Instituições R&D
- (vii) Outros intervenientes relevantes

B. Coordenação e Gestão:

121. A coordenação e gestão desses actores-chave serão realizadas através de acordos institucionais apropriados feitos pela Comissão da União Africana (CUA) em colaboração com outros intervenientes.

122. Deve ser submetido ao Comité Técnico Especializado (STC) um relatório de implementação.

C. Estrutura de monitorização e avaliação

123. A Estratégia da União Africana relativa a Produtos de Base adaptará o quadro integrado de M&A para a Agenda 2063 (FTYIP). A base principal para a implementação da estrutura de M&A da Agenda 2063 (FTYIP) é determinada por uma planificação sólida e uma arquitectura operacional nos níveis nacional, regional e continental.

124. A Cimeira da União, de Janeiro de 2018 em Adis Abeba, Etiópia, adoptou o Plano de Implementação dos Primeiros Dez Anos da Agenda 2063 (FTYIP) e a estrutura integrada de Monitorização e Avaliação (M&A) da Agenda 2030 e um manual dos principais indicadores. A cimeira determinou ainda que a estrutura e o manual de indicadores e M&A fossem alargados aos Estados membros e CERs para facilitar o rastreamento e a concepção de relatórios sobre os progressos nos Projectos FTYIP e Principais Projectos da Agenda 2063, que incluem a Estratégia da UA relativa a Produtos de Base. **(Decisão do Conselho Executivo EX.CL/1165(XXXV) (2)).**

125. “Implementação, resultados e impacto” são os principais recursos da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base e a necessidade de um *layout* sucinto e concreto de uma estrutura e plano de M&A é, portanto, fundamental em todos os níveis. O documento-quadro de M&A integrado, adoptado, articula princípios e padrões básicos para a monitorização e avaliação coerentes e sistemáticas da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base. Também apoia abordagens e ferramentas de

aprendizagem no âmbito geral da execução dessa estratégia, fornecendo e avaliando resultados, bem como o impacto e aprendizagem que alimentam novos planos e políticas.

126. O Quadro de M&A do FTYIP traduz a visão e os objectivos de desenvolvimento de África em resultados e produtos tangíveis. Também fornece a base primária e crítica para a estrutura de M&A para a Estratégia da UA relativa a Produtos de Base. A estrutura de M&A do FTYIP é, portanto, ideal para servir os seguintes propósitos específicos da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base:

- (i) Reforçar a cultura de planeamento e gestão de resultados.
- (ii) Aumentar a prestação de contas e a responsabilidade compartilhada entre os vários participantes e intervenientes, atraindo ao mesmo tempo alinhamento e coerência entre todos os intervenientes e actores.
- (iii) Promover custo-benefício na afectação e uso de recursos.
- (iv) Apoiar a elaboração e avaliação do valor regional e continental à acção nacional.
- (v) Promover a aprendizagem baseada em evidências, incluindo a percepções, análises e novos conhecimentos para consolidar políticas e programas.

D. Principais características e âmbito:

127. Todos os princípios e normas relacionados com a implementação serão aplicados directa e activamente em termos da estrutura de M&A. Isso é relevante para os princípios intersectoriais e multisectoriais e intergovernamentais. A clareza absoluta sobre os principais participantes e intervenientes, bem como as suas funções e responsabilidades específicas, é uma parte essencial da definição da arquitectura e do funcionamento da estrutura de M&A.

128. Um ponto de partida é reconhecer o "espaço e acção nacionais" como o pilar central no fornecimento da Estratégia da União Africana relativa a Produtos de Base. Em última análise, as decisões e acções para implementar planos e políticas são uma prerrogativa dos actores nacionais, sob liderança dos Estados-Membros. No entanto, uma característica fundamental inerente à Estratégia da União Africana relativa a Produtos de Base é que as acções regionais e continentais são componentes críticos para o sucesso sustentável da acção nacional. A estrutura de M&A da Agenda 2063 para o FTYIP possui, portanto, o continuum nacional, regional e continental necessário.

E. Adaptação dos mecanismos de implementação de M&A da Agenda 2063 do FTYIP a nível nacional:

129. Embora os contextos variem em todos os países, a nível nacional, o FTYIP fornece uma estrutura abrangente que inclui amplamente as metas estratégicas, áreas e metas prioritárias, bem como os resultados, produtos e insumos que são consistentes com os planos nacionais de desenvolvimento e estratégias. Os principais processos, ferramentas e estruturas necessárias para a adaptação bem-sucedida da implementação do FTYIP da Agenda 2063 a nível nacional deverão incluir;

- (i) planos nacionais de desenvolvimento;
- (ii) políticas e estratégias de desenvolvimento, incluindo legislações relacionadas;
- (iii) orçamento nacional, incluindo orçamento do sector público;
- (iv) planos, estratégias e orçamentos sectoriais; assim como
- (v) mandatos institucionais para implementação, incluindo planeamento e avaliação.

F. Adaptação dos mecanismos de implementação de M&A da Agenda 2063 do FTYIP a nível regional:

130. A nível regional, a implementação será conduzida principalmente pelos planos e estratégias de desenvolvimento regional das CERs, que destacam o valor da representação primária, juntamente com as prioridades de desenvolvimento político e técnico. As CER também fornecerão uma plataforma regional única através da qual se fará o alinhamento da Agenda 2063 FTYIP da UA com os planos e estratégias de desenvolvimento regional, incluindo planos sectoriais relacionados. É possível alcançar estratégias desenvolvendo e adoptando o plano regional de M&A da A2063 FTYIP (31). Os esforços para definir o plano regional de M&A da A2063 FTYIP reflectirão, portanto, dois elementos:

- (i) actividades ou resultados que catalisam e facilitam a colaboração e os programas multinacionais, essencialmente sob a implementação directa dos países; e
- (ii) iniciativas implementadas através de agências regionais ou multinacionais.

G. Disposições de implementação da M&A da Agenda a nível continental:

131. Acção continental, principalmente através da integração e alinhamento; visa complementar as acções nacionais e regionais, num esforço para alcançar um sucesso integrado, abrangente, sustentável e de transformação. O plano operacional e a estratégia da CUA e de suas agências técnicas fornecerão a base para a mobilização da acção continental. Outras acções continentais incluirão políticas,

programas e iniciativas, que fornecem uma estrutura para intermediar a colaboração e o estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas. Isso incluiria acordos de financiamento; construção e manutenção de capital social; organização e consolidação para alcançar economias de escala; além de galvanizar uma posição mais forte e mais competitiva no cenário geopolítico e económico global para África.

132. Os principais documentos da UA a este respeito são a “Agenda 2063. Documento Quadro: A África que Queremos”, a “Agenda 2063. Primeiro Plano de Implementação Decenal: 2013-2023”, a “Agenda 2063. Plano de Implementação para os Primeiros Dez Anos - 2013 - 2023: Quadro de M&A - Directrizes práticas sobre M&A e a “Estratégia 2063 de financiamento, mobilização de recursos domésticos e estratégia de parceria” (MRI)

H. Avaliação

133. A estratégia será implantada em ciclos de dez anos. Serão executadas durante os primeiros dez anos três avaliações principais:

- (i) Avaliação independente do primeiro mandato após três anos de implementação para avaliar os progressos na implementação das actividades conforme planeado;
- (ii) Avaliação independente intercalar após cinco anos para avaliar os progressos alcançados e fornecer informações para facilitar o planeamento da transição para a segunda fase da estratégia; e
- (iii) Avaliação independente de final de ciclo, após dez anos, centrada nos resultados, de acordo com a estrutura de resultados.

134. A estratégia também adoptará autoavaliações internas anuais. As avaliações serão obrigatórias e serão conduzidas usando as directrizes e ferramentas da Agenda 2063/2030.

I. Monitorização

135. A monitorização periódica e os relatórios financeiros serão preparados seguindo as directrizes e ferramentas da Agenda Integrada 2063/2030 de M&A.

Riscos previstos e medidas de mitigação

136. Os riscos associados à estratégia estão descritos na tabela a seguir:

Tabela 2 Matriz de Risco da Estratégia de Mercadorias para a África

RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	MITIGAÇÃO DE RISCOS MEDIDAS/HIPÓTESES
--------	---------------	---------	--

RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	MITIGAÇÃO DE RISCOS MEDIDAS/HIPÓTESES
Recursos humanos e financeiros insuficientes para atender à procura dos partes intervenientes	Baixo-médio	Elevado	Estabelecer ou reforçar parcerias institucionais; recorrer a consultores; atrair apoio através da mobilização de recursos; preparar um plano abrangente de mobilização de recursos.
Medidas isoladas tomadas pelos Estados membros em resposta a flutuações dos preços dos produtos de base	Baixo-médio	Médio-elevado	Dar prioridade a uma abordagem colectiva na gestão de flutuações dos preços dos produtos de base
Falta ou fornecimento inoportuno de recursos operacionais para implementar actividades estratégicas	Baixo-médio	Elevado	Os Estados Membros da UA comprometeram-se coletivamente a apoiar os recursos operacionais por um período inicial de 5 anos, com vista a assegurar o arranque; Construir as iniciativas em instituições, mecanismos e orçamentos nacionais e regionais estabelecidos.
Falta de um forte compromisso dos Estados-membros da UA e das CER.	Médio-elevado	Elevado	Ampla consulta às estruturas de alto nível do governo, a fim de identificar e dar prioridade a actividades conjuntas; operacionalizar e expandir as estratégias de comunicação e divulgação.
Situações políticas incertas que podem levar a atrasos e interrupções	Médio-elevado	Elevado	Promover uma boa governação e Estado de Direito; criar instituições fortes

Capítulo 6: Mobilização de Recursos, Acordos de Financiamento e Parceria

137. Os acordos de financiamento, mobilização de recursos e parcerias para a Estratégia da União Africana Relativa a Produtos de Base serão realizados através

da implementação do financiamento da Agenda 2063, mobilização de recursos internos (MRI) e estratégia de parceria, adoptada na Cimeira da UA de Janeiro de 2018 (**Decisão do Conselho Executivo EX. CL / 1165 (XXXV) (2)**).

138. As metas ousadas estabelecidas na Agenda 2063 exigem níveis significativos de financiamento sustentável de diferentes fontes. No entanto, para acomodar a apropriação nacional, criar “espaço político” e minimizar a dependência de financiamento externo volátil e condicional que caracterizou iniciativas de desenvolvimento continentais e regionais no passado, todos os níveis de intervenientes africanos consultados optaram por se centrar principalmente na mobilização de recursos internos (MRI) para o financiamento e implementação da Agenda 2063 e seus principais projectos. Isto também aplica-se a programas continentais prioritários, incluindo a Estratégia da União Africana de Produtos de Base.
139. A estratégia de financiamento e mobilização de recursos nacionais da Agenda 2063 também leva em consideração estudos e iniciativas passados e recentes, incluindo a Decisão da Conferência da União sobre o Financiamento da União, e a Estratégia de Mobilização de Recursos da CUA.
140. A estratégia abrangente de MRI está alinhada com a Agenda 2063 do FTYIP e descreve papéis, responsabilidades e acções políticas específicas a serem consideradas pela UA. As CER e os Estados membros devem expandir e mobilizar os recursos financeiros direccionados.
141. Espera-se que a MRI contribua com pelo menos 80% a 90% para o financiamento da Agenda 2063. O restante da Agenda 2063 será financiado através de mecanismos tradicionais, incluindo os mercados financeiros internacionais, IDE ou Ajuda Pública ao Desenvolvimento, que também precisam ser aproveitados para o aumento da adopção das prioridades africanas.
142. Assim, os acordos de financiamento da Estratégia da União Africana de Produtos de Base serão articulados em torno da mobilização de recursos nacionais, intermediação de recursos financeiros em investimentos e acesso à facilitação de financiamento com detalhes conforme indicado na tabela abaixo:

Tabela 3 Financiamento da Agenda 2063 através de MRI reforçado

MRI	Veículos de Intermediação	Acesso à Facilitação Financeira
-----	---------------------------	---------------------------------

<ul style="list-style-type: none"> • Imposto e receita pública. • Optimização da receita fiscal. • Maximização das rendas dos recursos naturais. • Limitação de fluxos financeiros ilícitos. • Receita pública não tributária. • Limitando a corrupção. • Otimização das despesas tributárias. • Controlo de perdas e vazamentos em serviços de infraestrutura, serviços administrativos, cadeia de valor agrícola, etc. • Poupanças e investimentos • Poupança de retalho e inclusão financeira. • Poupança institucional. (fundos de pensão e seguro, fundos soberanos, reservas cambiais) • Mercado financeiro/de capitais. • Restrição "Racional" de fuga de capital. • Inovações em MRI. • Investimento intra-africano. • PPP intra-africanas e internas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intermediação de saída de veículos - comerciais. • Bancos comerciais, IMF, FDI, companhias de seguros (através da ampliação, capacitação). • Bolsas de valores e mercados de títulos (através de expansão, aprofundamento e regionalização). • Novos veículos a serem criados - comerciais. • Fundo Africa 50, mecanismo de garantia de crédito para África (ACGF), Banco de Investimento Africano (AIB), Mecanismo Africano de Desenvolvimento de Infra-estruturas (AIDF). • Obrigações da diáspora, titularização de remessas da diáspora. • Fundos de capital privado de propriedade africana, • Rede de Investidores Anjo Africanos (AAIN) • Promoção de investimentos intra-africanos e PPP. • Comércio Regional de Produtos de Base. • Veículos não comerciais e mistos. • UA, CER e orçamentos dos Estados membros. • Fundo Africano de Integração (FIA) • Fundo para as Mulheres Africanas. • Fundo de Empoderamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Grandes PPP/infra-estruturas e grandes projectos industriais. • Fundo de desenvolvimento do projecto (PDF). • Fundos de Viabilidade (VGF) e incentivos baseados na produção (GBI). • Fundo de capitalização. • Melhoria da gestão de risco. • Micro, pequenas e médias empresas. • Fundo de capitalização. • Fundo de desenvolvimento empresarial. • Incubação/Viveiro. • Mecanismo de partilha de riscos. • Subsídios, AT e financiamento concessional. • Formulação do programa/projecto e capacidade de execução. • Auditoria interna/externa. • Qualidade de aquisições. • Gestão de subsídios. • Certificação da avaliação de pilares. • Certificação IPSAS.
--	--	---

<ul style="list-style-type: none"> • Recursos CSI do sector privado. • Recursos filantrópicos. • Público em geral/<i>crowd funding</i> • Lotaria continental/regional • UA (passaportes, vistos, receitas provenientes de centros regionais de excelência). 	<p>da Juventude/Empreendedorismo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compacto CSI do sector privado da UA; • Compacto CSI do sector privado das CER 	
--	---	--

Fonte: Financiamento da Agenda 2063, Mobilização de Recursos Internos e Estratégia de Parceria. Adis Abeba: Comissão da União Africana, 2017.

Capítulo 7: Comunicação e Estratégia

143. Para que os Estados membros da UA se apropriem da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base, há uma necessidade estrita de estabelecer um plano de comunicação abrangente para a disseminação e uma ampla conscientização pública da estratégia. Isso precisa ser tratado de forma abrangente para levar a mensagem aos níveis de formulação de políticas e de base. A este respeito, o plano de comunicação da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base é importante, pois delineará uma abordagem de comunicação necessária no processo de integração e avanço da agenda da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base.

A. Âmbito

144. O plano de comunicação divulgará informações sobre a Estratégia da UA relativa a Produtos de Base, seus objectivos, benefícios, princípios e sua relevância para os países africanos.

B. Objectivos

145. O principal objectivo deste plano de comunicação é gerar conscientização pública entre os intervenientes e a apropriação africana de alto nível em relação ao desenvolvimento e implementação da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base. Os objectivos específicos incluem:

- (i) Promover a conscientização pública sobre as actividades e programas da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base e sua integração na agenda da UA.
- (ii) Colaborar com as CER ao longo dos processos da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base.
- (iii) Aumentar o envolvimento e a compreensão dos intervenientes da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base.
- (iv) Aumentar o interesse, confiança, engajamento e apoio dos parceiros nas negociações, estabelecimento e implementação da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base.
- (v) Incentivar o apoio à Estratégia da UA relativa a Produtos de Base entre os principais intervenientes, incluindo governos, sector privado, sociedade civil e ONG/associações.
- (vi) Manter uma conscientização pública máxima, actualizada e a presença da mídia nos eventos e actividades relacionados com a Estratégia da UA relativa a Produtos de Base.
- (vii) Garantir a comunicação consistente das principais mensagens e informações em todas as línguas da UA.
- (viii) Promover debates, discussões, diálogos e inspirar acções sobre a Estratégia da UA relativa a Produtos de Base.
- (ix) Motivar a participação e o *feedback* dos vários intervenientes.

C. Público-alvo

146. O plano de comunicação terá como alvo dois principais aspectos:

D. Organismos Internos e Associados

147. É necessário que o DTI se envolva com os departamentos relacionados com a sua agenda. A unidade de Estratégia da UA relativa a Produtos de Base deve coordenar internamente as actividades com a unidade ZCLCA, a unidade de mineração e outras divisões do departamento. Mais importante ainda, a Estratégia da UA relativa a Produtos de Base também deve coordenar actividades com outras iniciativas afins, da UA, como o ZCLCA; O PIDA e o CAADP, entre outros, garantem consistência e evitam sobreposições na implementação. O interlocutor interno inclui:

- (i) Estados-membros da UA
- (ii) Pessoal da UA
- (iii) Todos os Órgãos e Agências da UA
- (iv) Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP)
- (v) CTE
- (vi) CER.

E. Intervenientes Externos

148. Os interlocutores externos incluem organizações dos sectores público e privado, por um lado, e cidadãos individuais em seus vários grupos, por outro. Poderá haver sobreposições entre o público-alvo, dependendo da mensagem transmitida. Portanto, é necessária uma segmentação adicional do interlocutor externo para identificar e abordar as peculiaridades e necessidades de comunicação que podem variar entre organizações e indivíduos ou grupos. O interlocutor externo inclui:

- (i) Cidadãos africanos (incluindo mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis)
- (ii) Diáspora africana
- (iii) Instituições africanas
- (iv) Sector privado
- (v) Sociedade Civil
- (vi) Meios/Sector de Comunicação
- (vii) Grupos de Reflexão
- (viii) Académicos e Intelectuais
- (ix) Parceiros estratégicos de desenvolvimento
- (x) Outras instituições e intervenientes.

F. Metodologia

Logo/canais/mídia

149. Um logotipo faz parte da marca e da identidade visual. O *design* do logotipo de uma Estratégia da UA relativa a Produtos de Base é um elemento importante porque será a base/alicerce para todos os outros materiais de *marketing*: artigos de papelaria, pastas e materiais promocionais. O projecto da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base precisa ter um logotipo que será associado ao logotipo geral da UA.
150. As mensagens mais importantes precisam ser identificadas para aumentar a conscientização e a visibilidade da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base. Isso pode ser alcançado incorporando informações públicas, uso de sítios e mídias sociais, bem como a organização de eventos importantes (reuniões, seminários, conferências, almoço/pequeno almoço com a imprensa, mobilização de recursos etc.). As ferramentas e actividades devem encaixar amplamente em quatro categorias: publicações escritas (materiais impressos), produtos audiovisuais (pósteres, mensagens de áudio e vídeo), um sítio web específico www.aucommoditystrategy.org mídias sociais e eventos. Os mídia devem cobrir actividades relacionadas com a Estratégia da UA relativa a Produtos de Base, com o apoio do DTI e em colaboração com a Direcção de Informação e Comunicação. Os avisos da mídia, comunicados de imprensa e discursos deverão ser divulgados em tempo oportuno e devem ser dadas conferências de imprensa em cada um dos eventos da Estratégia da UA relativa a Produtos de Base.

Bibliografía

1. **AU.** *Agenda 2063. First Ten-Year Implementation Plan: 2013-2023.* Addis Ababa : Africa Union Commission, 2015.
2. —. Executive Council decisions:. [Online] AU, 2019. <https://au.int/en/decisions/council>.
3. **Plaizer, Wim.** World Economic Forum (WEF). [Online] 22 January 2016. [Cited: 27 September 2019.] <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/how-africa-can-feed-the-world/>.
4. **FAO.** *Alexandratos, N. and J. Bruinsma. 2012. World agriculture towards 2030/2050: the 2012 revision. ESA Working paper No. 12-03.* . Rome : UN Food and Agriculture Organisation, 2012.
5. **OPEC.** *Annual Statistical Bulletin 2019.* Vienna : Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC), 2019.
6. **Africa Union.** *The Africa Mining Vision.* Addis Ababa : AU.
7. **ITC.** ITC Trade Map database. *ITC Trade Map.* [Online] International Trade Centre, 2019. <https://www.trademap.org/Index.aspx>.
8. **UNCTAD.** UNCTADSTAT. [Online] UNCTAD. <https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>.
9. **OECD/FAO.** *OECD/FAO (2016), OECD-FAO Agricultural Outlook 2016-2025, OECD Publishing, Paris.* Paris : OECD, 2016.
10. **World Bank.** World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files. [Online] World Bank, 2019. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>.
11. **Africa Union.** *Malabo Declaration on Accelerated Agricultural Growth and Transformation for Shared Prosperity and Improved Livelihoods.* Addis Ababa : Africa Union, 2014.
12. **AfDB.** *Feed Africa – Strategy for Agricultural Transformation in Africa 2016-2025.* Abidjan : African Development Bank, 2016.
13. **World Bank.** *Missing Food: The Case of Postharvest Grain Losses in Sub-Saharan Africa.* Washington : World Bank, 2011. Report No. 60371-AFR.
14. **FAO/AU/Rockefeller Foundation.** *AU-FAO PHL Regional Workshop Report.* Nairobi : FAO, 2018. FAO PROJECT GCP/RAF/503/RRFS. Southern Sun Mayfair Hotel, Nairobi Kenya. 24 to 25 July 2018.
15. **IMF.** Commodity Data Portal. [Online] International Monetary Fund. <https://www.imf.org/en/Research/commodity-prices>.

16. **UN DESA.** *“World Population Prospects: The 2015 Revision”*. New York : UN DESA, 2015.
17. **World Bank.** *Growing Africa - Unlocking the Potential of Agribusiness*. Washington : World Bank, 2013.
18. **SADC.** *Developing a Regional Mining Vision for the Southern African Development Community (SADC)* . Gaborone : SADC, 2019.
19. **AMDC.** *Country Mining Vision: Domesticating the AMV*. Addis Ababa : African Minerals Development Centre, 2014.
20. **IHA.** *Hydropower Status Report 2019*. London : International Renewable Hydropower Association (IHA), 2019.
21. **UNECA.** *Fossil Fuels in Africa in the Context of a Carbon Constrained Future*. Addis Ababa : United Nations Economic Commission for Africa (UNECA), 2011.
22. **IRENA.** *Renewable Energy and Jobs Annual Review 2019*. Abu Dhabi : International Renewable Energy Agency (IRENA), 2018.
23. **CIA.** *World Fact book 2019*. Washington : Central Intelligence Agency (CIA), 2019.
24. **BP.** *BP Statistical Review of World Energy 2018*. London : British Petroleum (BP), 2019.
25. **IMF.** *How Large are Global Energy Subsidies?* Washington : International Monetary Fund (IMF), 2015.
26. **IEA.** *World Energy Outlook 2017*. Paris : International Energy Agency (IEA), 2018.
27. **APP.** *Africa Progress Report 2015: Power, People, Planet*. Geneva : Africa Progress Panel (APP), 2015.
28. **World Bank.** World Bank Open Data. [Online] World Bank. <https://data.worldbank.org/indicator/EG.ELC.ACCS.ZS>.
29. **PIDA.** *PIDA Market Demand Study*. Addis Ababa : Programme for Infrastructure development in Africa (PIDA), 2012.
30. **OECD.** OECD/G20 Inclusive Framework on BEPS. [Online] OECD. OECD/G20 Inclusive Framework on BEPS.
31. **AU.** *Agenda 2063. Framework Document: The Africa We Want*. Addis Ababa : Africa Union Commission, 2015.
32. —. *Agenda 2063. First Ten-Year Implementation Plan – 2013 – 2023: M&E Framework - Practical guidelines on M&E*. Addis Ababa : Africa Union Commission, 2018.
33. —. *Agenda 2063 Financing, Domestic Resource Mobilization and Partnership Strategy*. Addis Ababa : Africa Union Commission, 2017.

34. —. *Progress Report on the High Level Panel on Alternative Sources of Financing the African Union chaired by H.E Olusegun Obasanjo, Former President of Nigeria consultations with member states, Assembly/AU/18(XIX), Nineteenth Ordinary Session, 15-16 July 2012.* Addis Ababa : African Union Assembly, 2012.

35. **AU/ECA.** *Report of the High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa.* Addis Ababa : AU/ECA Conference of Ministers of Finance, Planning and Economic Development, 2012.

36. **Nepad/ECA.** *Mobilizing domestic financial resources for implementing NEPAD national and regional programmes and projects - Africa looks within.* Addis Ababa : UNECA, 2014.

37. **FAO.** *Global food losses and food waste – Extent, causes and prevention.* Rome. Rome : FAO, 2011.



**Estratégia Da
União Africana
Para os Produtos
de Base**